



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 055 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Luiz Nishimori
Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Elton Welter
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PTB .....	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN .....	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV .....	Reni Pereira

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 055**

### **50ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva .....**

**Presenças .....**

**Abertura da Sessão .....**

#### **Expediente:**

Ofícios.....

Indicações .....

Requerimentos .....

Projetos de Lei .....

#### **Grande Expediente:**

**Homenagem aos 30 anos da Refinaria**

**Presidente Getúlio Vargas**

Proponente:

Dep. Rosane Ferreira.....

Homenageado:

Sr. João Adolfo Oderich

Diretor da Refinaria .....

Realização da Homenagem.....

Oradores:

Waldyr Pugliesi.....

Elton Welter.....

Antonio Belinati.....

Luiz Eduardo Cheida.....

Augustinho Zucchi.....

Tadeu Veneri.....

Elio Rusch.....

Jocelito Canto .....

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch.....

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri .....

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel .....

Liderança do Governo

Dep. Waldyr Pugliesi .....

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....

Discussão/Votação

Redação Final.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Requerimentos.....

#### **Encerramento da Sessão .....**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

Saúde Pública .....

Frente Parlamentar de Defesa da

Lei de Segurança Alimentar....

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação.....

**DIÁRIO Nº 055****50ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE MAIO DE 2007**

(segunda-feira)

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelo Sr. Deputado Reni Pereira e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Luiz Accorsi, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Pedro Ivo e Valdir Rossoni (06).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Caíto Quintana, Geraldo Cartário, Luiz Nishimori e Nereu Moura(05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Ofícios**

OFÍCIO Nº 117/01

Curitiba, 23 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência das Sessões Plenárias de hoje 23 de maio de 2007 e amanhã 24 de maio de 2007, por estar em visita às minhas bases eleitorais no noroeste do estado, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos nesses dias.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO Nº 109/07

Curitiba, 28 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste, justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin nas Sessões Plenárias dos dias 23 e 25 de maio de 2007, estando nestas datas com o Exmo. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Foz do Iguaçu e na II Conferência Regional de Políticas Públicas para Mulheres, em Francisco Beltrão.

Sendo o que tínhamos para o momento, externamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 17 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

Solicitamos a especial atenção de V. Exa. no sentido de arquivar o Projeto de Lei nº 253/07, protocolado nesta Casa sob o nº 3185/07, de nossa autoria.

Sendo o que temos para a oportunidade, firmamos nos atenciosamente.

(a) CIDA BORGHETTI

**Indicações**

INDICAÇÃO Nº 132/07

SÚMULA:

Propõe a gratificação de função para os Documentadores Escolares, da rede estadual de ensino.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) Que os Documentadores Escolares tenham sua função gratificada equiparadas a função de Assistentes de Área do Núcleo Regional de Educação de Curitiba.

2) Justificativa.

A solicitação justifica-se na igualdade diante da lei, tendo em vista que exercem funções correlatas na área administrativa e que não recebem o mesmo benefício que a lei lhes garante. Os Documentadores Escolares exercem na prática a mesma função e em muitas vezes atendem a um número maior de escolas e extensão geográfica muito mais ampla e com carga horária idêntica aos Assistentes de Área, sem receber nenhuma gratificação. No exercício da função, têm gastos com locomoção e alimentação para participarem das reuniões no Núcleo de Educação, gastos que são extraídos do próprio salário, sem nenhum ressarcimento para exercer importante elo de ligação entre a Secretaria da Educação e Núcleos junto as escolas nos municípios.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) EDSON STRAPASSON

#### INDICAÇÃO Nº 133/07

##### SÚMULA:

Propõe viabilização junto a Secretaria dos Transportes a construção de uma ciclovia ou um acostamento no trecho compreendido entre o Hotel Termas de Jurema - BR-487.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de uma ciclovia ou um acostamento no trecho compreendido entre o Hotel Termas de Jurema - BR-487.

2) Tal solicitação se faz necessária, pois a ciclovia seria tanto para os moradores do distrito fazerem caminhada, quanto para os hóspedes do hotel, que têm por hábito a prática de exercícios ao ar livre e também caminhada. É importante lembrar que o hotel, por suas características, necessita de mecanismos que venham satisfazer as expectativas dos hóspedes, visando principalmente a prática de esportes, sobretudo de caminhada, além da população do distrito que é, sem dúvida, a maior merecedora desse feito.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### INDICAÇÃO Nº 134/07

##### SÚMULA:

Propõe viabilizar junto ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, o envio de 2 policiais para o distrito de Águas de Jurema, no município de Iretama/PR.

Ao Exmo. Sr. Coronel Nemésio Xavier de França Filho, Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1) O envio, diretamente destacados de lá, de 2 policiais para o distrito de Águas de Jurema, no município de Iretama/PR.

2) Tal solicitação se faz necessária, pois o distrito é grande, pois tem o hotel Termas de Jurema, além das comunidades que também seriam atendidas, amenizando assim o trabalho da polícia de Iretama.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### INDICAÇÃO Nº 135/07

##### SÚMULA:

Propõe inclusão de verba, na Lei Orçamentária Anual de 2008, para construção de trevo na rodovia PR-182, em trecho entre os municípios de Palotina e Toledo.

Aos Exmos. Srs. Secretário de Estado do Planejamento, Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, vem, respeitosamente, através desta indicação legislativa, sugerir a inclusão por iniciativa de V. Exas. na Lei Orçamentária Anual de 2008 de verbas bastante à construção de trevo na rodovia PR-182, no trecho entre os municípios de Palotina e Toledo, no local que dá acesso ao distrito de Vila Candeias, no município de Maripá.

A destinação de recursos ora sugerida tem como escopo a construção da referida obra, atualmente de extrema necessidade devido ao alto fluxo de automóveis no trecho da rodovia, somado ao demasiado uso da estrada que dá acesso ao distrito de Vila Candeias por caminhões de grande porte, em razão das empresas ali localizadas. A construção de um trevo naquela localidade reduziria significativamente o risco de acidentes de trânsito, hoje corriqueiros, causados na grande maioria das vezes em razão da perigosa conversão dos caminhões que saem da rodovia PR-182 em direção à estrada que dá acesso ao distrito de Vila Candeias.

Assim sendo, tendo em vista a extrema necessidade da obra em tela, consigna-se aqui a sugestão da liberação de recursos fundamentais para esta construção, ato que resultará em redução de acidentes de trânsito no local, e, em última análise, facilitará a atividade empresarial e industrial na região.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ELIO RUSCH

#### INDICAÇÃO Nº 136/07

##### SÚMULA:

Propõe a construção de colégio estadual para atender os moradores do Tatuquara em Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A realização de obras de construção de colégio estadual para atender os moradores do Tatuquara (Vila Palmeiras I e II, Jardim São Carlos, Vila Nova Umbará, Conjunto Siriema, Jardim Futurama, Vila Londrina e região).

2) A indicação justifica-se pela dificuldade que os estudantes enfrentam, pois os mesmos precisam andar mais 3 quilômetros já que os colégios estaduais que atendem a região são muito distantes, expondo-os ao perigo. Esta é uma antiga reivindicação da comunidade e os colégios da região já estão com dificuldade em disponibilizar vagas para atender toda a demanda.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

#### INDICAÇÃO Nº 137/07

##### SÚMULA:

Sugere que o Governo do Estado viabilize equipamentos para o Hospital Universitário Regional de Maringá - HUM.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública.

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a que o Governo do Estado viabilize equipamentos, adiante relacionados, para o Hospital Universitário Regional de Maringá - HUM.

II - Estamos apresentando a presente indicação, tendo em vista que o Hospital Universitário Regional de Maringá - HUM é referência para o atendimento de gestantes de alto risco da região noroeste do Paraná.

III - Considerando, também, que o HUM tendo como meta oferecer uma melhor assistência ao recém-nascido de alto risco, no atendimento ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas do pronto-socorro e na UTI neonatal, voltamos a sugerir a viabilização de tão precioso equipamento.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO Nº 138/07

##### SÚMULA:

Indica ao Governo do Estado instituir programa estadual para a equivalência-produto em leite.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sugere:

Ao Governo do Estado do Paraná instituir programa estadual para garantir, através do aval do estado do Paraná, ao produtor leiteiro paranaense e tomador de empréstimo de recursos da linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, na aquisição de equipamentos para a pecuária leiteira, facultar o pagamento destas dívidas na forma de equivalência-

produto, utilizando-se o preço do leite, considerando as normas propostas pelo Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná - CONSELEITE-PARANÁ.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ELTON WELTER

##### JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná, através de suas Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, está elaborando e irá implantar um programa estadual, denominado, Trator Solidário, destinado a beneficiar os agricultores familiares no Paraná, na compra de tratores e implementos para a lavoura, através de recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, quando enquadrados nas categorias C e D do referido programa.

Este investimento do pequeno agricultor, credenciado pelo PRONAF, será convertido em equivalência-produto e a moeda escolhida é o milho, através de benefício do Fundo de Aval, que vai garantir a operação no banco.

Na mesma forma a presente indicação é para que seja utilizado o leite como moeda de troca, na aquisição de equipamentos para a pecuária leiteira, em regime de agricultura familiar. A vantagem da equivalência é que ela permitirá aos produtores familiares de leite saber de quanto será a dívida contraída na aquisição dos implementos, desde o início até o final do contrato.

## Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 1443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 370/07, oriundo da Mensagem nº 016/07, que solicita aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 1.245.510,00 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e dez reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 1444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 371/07, oriundo da Mensagem nº 017/07, que solicita aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 3.935.000,00 (três milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**REQUERIMENTO Nº 1463**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação nominal para o requerimento de minha autoria que requer voto de repúdio ao Sr. Hugo Chávez, Presidente da Venezuela.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

**REQUERIMENTO Nº 1430**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 232/07, de minha autoria, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência Lar Espírita André Luiz, com sede e foro no município de Paranavaí, por já ser objeto da Lei nº 8275/86.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) TERUO KATO

**REQUERIMENTO Nº 1406**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial de Investigação, composta por 07 (sete) membros, para investigar, no prazo de 60 (sessenta) dias, sobre os investimentos do Governo do Estado em publicidade e propaganda, nos exercícios de 2005 e 2006 e quais os critérios adotados na distribuição de verbas.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

**REQUERIMENTO Nº 1455**

Senhor Presidente:

SOLICITO o encaminhamento do presente requerimento à Mesa executiva da Assembléia Legislativa, solicitando autorização para representar esta Casa de Leis nos dias 31 de maio, 01, 02 e 03 de junho de 2007, em visita aos municípios abaixo relacionados para verificar problemas de interesse comum dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Serão visitadas as cidades de Tuneiras do Oeste e Umuarama, em conversa com os Prefeitos e Vereadores para atender reivindicações de interesse comum desta Casa de Leis.

**REQUERIMENTO Nº 1385**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido o horário do Grande Expediente, da Sessão Ordinária de 06 de junho de 2007

(quarta-feira), para que representante da Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar faça uso da palavra para discorrer sobre a experiência do Programa de Recuperação e Proteção de Minas de Água.

A ACESI está desenvolvendo, em parceria com PETROBRAS, um grande projeto de preservação ambiental em comunidades rurais da região sudoeste e está recuperando e protegendo minas de água em diversos municípios com apoio financeiro da PETROBRAS.

Entendemos que esta iniciativa, ao ser apresentada nesta Casa de Leis, pela sua grandiosidade, poderá servir de estímulo às outras regiões e com esse único objetivo solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**REQUERIMENTO Nº 1421**

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Elton Welter, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no parágrafo 4º do artigo 77, do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja realizada Sessão Solene para entrega de título de Cidadão Honorário ao Bispo de São José dos Pinhais, Dom Ladislau Biernaski, no dia 11 de julho, do presente ano, às 18h30.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ELTON WELTER

**REQUERIMENTO Nº 1427**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Audiência Pública no plenarinho, na data de 12 de junho de 2007, no período da manhã.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal realização se faz em atendimento à solicitação do Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais, dos Serviços de Saúde e Previdência do Paraná - SindSaúde, a fim de discutir a implementação da política de saúde e traçar estratégias para o avanço do Sistema Único de Saúde no Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 1457**

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER a constituição da Frente Parlamentar Brasil Itália, constituída por Deputados indicados pelas lideranças partidárias, sob a presidência da signatária, com a finalidade de estreitar laços com a República da Itália, que possui Ministério destinado ao relacionamento do país com os italianos residentes no exterior, congregar a

imensa parcela de ítalo-brasileiros que vivem no Paraná e fomentar o relacionamento econômico e social do Paraná com a república italiana.

O Brasil possui hoje cerca de 25 milhões de ítalo-brasileiros e constitui a segunda maior pátria italiana do mundo. A signatária é neta de pioneiros italianos, homens e mulheres que realizaram pelos mares uma longa viagem de travessia que os transportou para uma nova terra, uma nova casa, uma nova pátria.

No Brasil, a primeira colonização italiana começou por volta de 1860. No Paraná, começaram a chegar os primeiros italianos por volta de 1872, e com maior intensidade de 1875 a 1900. De acordo com o cadastro de registros de imigrantes do Arquivo Público do Paraná, há 97.727 registros de italianos que desembarcaram no porto de Paranaguá. Da mesma forma, como os italianos vieram a esta amada terra paranaense, hoje muitos dos nossos filhos voltam à Europa, trabalhando, estudando, buscando melhores condições de vida. Importante frisar que esse intercâmbio traz desenvolvimento para as duas pátrias.

A Assembléia Legislativa do Paraná não pode deixar de considerar a importância da imigração italiana na composição de sua sociedade, razão pela qual entende-se essencial criar mecanismos de maior troca de experiência com a república italiana.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1420

Senhor Presidente:

A Comissão de Acompanhamento e Reforma Tributária do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja criada a Frente Parlamentar Estadual de Defesa da Micro e Pequena Empresa no Estado do Paraná.

Esta iniciativa é necessária para que as micro e pequenas empresas do estado do Paraná possam ver defendidos seus direitos, trazendo com isso uma maior garantia para seu desenvolvimento pleno.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(aa) RENI PEREIRA

DURVAL AMARAL

EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Duflío Genari, Luiz Eduardo Cheida, Waldyr Pugliesi, Chico Noroeste, Elio Rusch, Luiz Fernandes Litro, Antonio Belinati, Marcelo Rangel, Ney Leprevost, Elton Welter, Douglas Fabrício, Luiz Claudio Romanelli, Jocelito Canto, Dobrandino da Silva, Rosane Ferreira, Valdir Rossoni, Felipe Lucas e Dr. Batista.

#### REQUERIMENTO Nº 1396

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, vêm REQUERER, seja aprovado em Plenário, na forma regimental, voto de congratulações ao Ministro

da Justiça Tarso Genro, ao Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal, Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda e ao Superintendente Regional do Departamento da Polícia Federal no Paraná, Sr. Jaber Makul Hanna Saadi, com cópia para as Delegacias da Polícia Federal em Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Foz do Iguaçu e Guaíra, pelo notável trabalho que vem sendo realizado pela Polícia Federal no Brasil e também em nosso estado.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Péricles de Mello e Professor Luizão.

JUSTIFICATIVA:

A Bancada do PT - Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Paraná, congratula-se com o brilhantismo, competência e eficiência com que a Polícia Federal vem desempenhando seu papel junto à sociedade brasileira.

A atitude do governo Lula em garantir a autonomia, o reconhecimento e valorização da corporação da Polícia Federal, não permitindo que ocorram influências políticas nas ações da Polícia Federal, aliados à competência e eficiência de todos os profissionais que integram esta renomada instituição, estão fazendo a diferença junto à sociedade brasileira e também ao crime organizado.

O governo Lula, aumentou em 50% o efetivo da Polícia Federal, dobrou os investimentos e elevou o salário dos policiais. Outra iniciativa importante foi a criação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, com a adesão de 26 estados e do distrito federal, o que está possibilitando a integração de todas as forças policiais federais e estaduais no combate à violência.

Essa atitude do governo Lula, aliada ao profissionalismo da Polícia Federal, permite que ela cumpra com seu papel de salvaguardar a sociedade e as instituições, de pessoas e atos inescrupulosos.

E os resultados das ações da Polícia Federal têm sido surpreendentes. Vejamos alguns dados das operações realizadas pela Polícia Federal nos últimos 4 anos.

No ano de 2003, foram efetuadas 223 prisões, dessas, 97 eram de servidores públicos e 39 de policiais federais. Em 2004, foram efetuadas 926 prisões, dessas, 231 foram de servidores públicos e 48 de policiais federais. Em 2005, foram efetuadas 1.407 prisões, dessas, 219 foram de servidores públicos e 9 de policiais federais. E no ano de 2006, foram efetuadas 2.673 prisões, dessas 383 eram de servidores públicos e 11 de policiais federais.

Portanto, nobres Deputadas e Deputados, o reconhecimento e louvor desta Casa para com todo o efetivo da Polícia Federal pelo trabalho que vem realizado no combate a todas as formas de crime, merece ser aplaudido.

Nesse sentido, pedimos o apoio de todos a esse requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 1401

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, votos de congratulações e aplausos para o Colégio Estadual Senador Correia, de Ponta Grossa, pelos 95 anos de fundação comemorados no último dia 18 de maio.

Primeiro colégio público de Ponta Grossa e o segundo do estado, criado pela Lei n° 1201, de 28 de março de 1912, a instalação do Colégio Estadual Senador Correia faz parte da história do ensino público paranaense e da cidade de Ponta Grossa. Nasceu da fusão de duas outras escolas isoladas, localizadas no centro da cidade, sendo oficialmente reconhecida em 18 de maio de 1912, com a denominação de Casa Escolar Senador Correia.

Durante 15 anos foi a única escola oficial do Paraná no município. Por ser pioneiro da instrução pública em Ponta Grossa foi responsável pela educação de várias gerações e que, por suas ações na comunidade, enaltecem o colégio de onde realizaram seus estudos.

Hoje, o colégio atende alunos de vários bairros de Ponta Grossa, principalmente aqueles da classe trabalhadora, colaborando assim, com a boa formação dos estudantes.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dada ciência à direção do colégio, em nome da Diretora Carmem Lucia Hernandez Vieira, no endereço Praça Roosevelt, s/n, Centro - 800010-690 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

#### REQUERIMENTO N° 1440

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Restaurante Nikkey.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Nikkey, tradicional no município de Piraí do Sul, pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Destacamos a dedicação do proprietário deste estabelecimento, o Sr. Tadashy Kamitakahra.

#### REQUERIMENTO N° 1456

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado votos de congratulações ao Coronel Irineu Ozires Cunha, que assumiu a função de Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná.

A solenidade de posse aconteceu no auditório do Quartel do Comando Geral da PM. Na condição de oficial superior, a partir da patente de Major, ele foi subco-

mandante do 6° Batalhão da PM (Cascavel), atuou como Chefe do setor de Justiça e Disciplina da PM, Presidente da Comissão de Promoção de Praças, Comandante do 13° Batalhão (responsável pelo policiamento na região sul de Curitiba) e do Batalhão de Polícia de Trânsito - BPTran.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO N° 1441

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos e congratulações ao Restaurante Veneza.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Veneza, tradicionalíssimo restaurante de comida típica italiana do bairro de Santa Felicidade em Curitiba, fundado pelos Srs. Ari Antonio Valente (*in memoriam*) e Leoni Valente, pelos seus serviços de incremento ao turismo através da manutenção do Castelo São Francisco (anexo ao restaurante) e seus mais de 40 anos de atividade.

#### REQUERIMENTO N° 1442

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, a Sra. Regina Helena Bruni Leal.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Regina Helena Bruni Leal, Presidente do Núcleo Paranaense de Decoração, em reconhecimento ao seu importante trabalho desenvolvido em prol do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, em especial por ocasião da inauguração das novas instalações do serviço de quimioterapia de alto risco da UFPR.

Destacamos que o Núcleo Paranaense de Decoração. Contribuiu para a idealização deste projeto, através de uma equipe de 100 profissionais, entre arquitetos e decoradores, que ajudaram na reforma.

#### REQUERIMENTO N° 1446

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam externadas as condolências desta Casa Legislativa à Família Schroeder, da cidade de Marechal Cândido Rondon, pelo falecimento da Sra. Lucena Schroeder, no último dia 22 de maio.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, se assim entenderem os nobres Pares, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.



Que a ausência e as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de mãe, de amor à família, ao trabalho e à comunidade que a Sra. Lucena Schroeder deixou para todos nós, virtudes admiráveis e só vistas em pessoas muito especiais e abençoadas!

É verdade, se há um momento na vida para o qual nunca estamos bem preparados, é quando alguém que amamos tem que nos deixar.

Mas, se aceitarmos as palavras confortadoras do Mestre Jesus: *Na casa de meu Pai há muitas moradas...*, veremos que o que importa é termos guardado essa fé e esse amor da vida eterna em nossos corações.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dada ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa do Sr. Milton Schroeder, via correspondência a ser encaminhada a R. Sete de Setembro, 2441, Jardim Alvorada - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1434

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de protesto ao ato do Presidente Hugo Chávez, que decretou o encerramento das atividades da mais antiga estação de televisão da Venezuela, a RCTV. O Presidente agiu de forma arbitrária, truculenta, ditatorial, tendo usado até as tropas do Exército para calar, para frente, esse canal de televisão, porque o mesmo fazia críticas ao seu governo. A ação provou que Hugo Chávez é inimigo da liberdade de expressão e gosta de conviver apenas com os bajuladores de seu governo. O mal exemplo desse Presidente deve ser reprovado por todos os cidadãos que amam a democracia. Se não houver reação, é provável que o ditador venezuelano não vai demorar para tentar abolir a democracia de países vizinhos, daí a razão do protesto expressado por esta Casa de Leis, através do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 1397

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Fernando Haddad, DD. Ministro da Educação, manifestando o apoio desta Casa à implantação do curso de Medicina na Faculdade União das Américas de Foz do Iguaçu - UNI-AMÉRICA.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Faculdade UNIAMÉRICA foi inaugurada em 2001, surgindo de um projeto inovador que reuniu 90

sócios com o objetivo de fortalecer uma nova e importante atividade econômica e científica para Foz do Iguaçu e região. Hoje a faculdade oferece 15 cursos de graduação, sendo 7 na área da saúde e 19 cursos de pós-graduação *latu sensu*.

É uma instituição pioneira em programas de apoio ao aluno, sem qualquer benefício fiscal. Ao todo foram instituídos 14 programas, sendo um deles o CREDI-UNI, sem qualquer tipo de acréscimo ou fiador. A instituição financia o curso superior do aluno beneficiado em até 4 anos depois de formado.

Desde 2001 a UNIAMÉRICA garantiu mais de 5 mil benefícios. Através do programa Trabalho Voluntário & Cidadania garante atendimentos assistenciais à entidades locais e regionais. Com a prestação de serviço voluntário são atendidas milhares de pessoas sem qualquer exigência de contrapartida da entidade beneficiada. O aluno participante recebe desconto de até 40% na mensalidade.

A mantenedora da UNIAMÉRICA, que desde maio de 2003 desenvolve esforços para colocar em prática a ousada proposta de implantar o curso de medicina em Foz do Iguaçu, cumpriu todas as exigências formuladas pelo Ministério da Educação para a autorização e aguarda apenas a assinatura da portaria ministerial.

Em todo o processo a mantenedora observou e respeitou a necessidade do debate democrático, em todo o período de desenvolvimento do projeto, promovendo o envolvimento coletivo que resultou em incontáveis manifestações, em todos os níveis da sociedade, de apoio irrestrito à proposta liderada pela UNIAMÉRICA que, como instituição de ensino superior, é reconhecida pela comunidade em seu papel de pesquisas e ações destinadas ao atendimento dos direitos de cidadania na região de abrangência.

A proposta da UNIAMÉRICA está focada na qualidade e na inovação observando que saúde é um bem público. Por esta razão a instituição adota a proposta do curso de medicina assumindo a responsabilidade de oferecer as melhores tecnologias educacionais para transformar a região num pólo de formulação de políticas de saúde e de formação de recursos humanos, contribuindo na construção de um centro médico de excelência com as mais variadas especialidades, capaz de atender a região.

A presente moção de apoio representa a importância social da concessão da autorização do curso de medicina na Faculdade União das Américas de Foz do Iguaçu, que ao ser efetivada representará uma valiosa conquista regional e estadual.

#### REQUERIMENTO Nº 1439

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando a reforma da quadra poliesportiva do Colégio Esta-

dual Castelo Branco, no município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Castelo Branco, localizado no município de São Miguel do Iguaçu atende a cerca de 800 alunos.

Todos os dias, especialmente nas aulas de educação física, é comum os alunos se machucarem, em face do precário estado de conservação da quadra.

Mesmo diante da situação da quadra, com o objetivo de atrair mais alunos em atividades escolares, o estabelecimento vem abrindo espaço para projetos esportivos, tendo implantado inclusive o Projeto Segundo Tempo.

Diante do exposto, é de fundamental importância que a Secretaria de Estado da Educação dispense especial atenção ao pedido objeto do presente.

#### REQUERIMENTO Nº 1458

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva; ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como aos Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, solicitando dos mesmos providências no sentido de atender os produtores rurais do estado do Paraná.

Conforme material da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, “as datas de pagamento dos financiamentos rurais - de custeio e de investimento - estão se aproximando e os produtores rurais não têm como saldá-los porque o alongamento da dívida proporcionada pelo Governo Federal no ano passado foi insuficiente.

Lembramos que os produtores rurais do Paraná estão, desde o segundo semestre de 2004, acumulando prejuízos de 5 safras - duas de inverno e 3 de verão - resultado de 3 anos de secas consecutivas e principalmente da sobrevalorização do real. Os prejuízos acumulados desde 2004 chegam a R\$ 9,7 bilhões, que equivale ao Valor Bruto da Produção total da safra atual de soja, milho e trigo.

As notícias de que os produtores rurais paranaenses vão ter lucro na atual safra de verão são equivocadas. Como podem ter lucro se estão com um acúmulo de prejuízo de safras anteriores e foram obrigados a alongar seus financiamentos que, portanto, também estão acumulados. A prova disso é que no financiamento de custeio da safra atual sobraram R\$ 2 bilhões a juros fixos de 8,75% porque os produtores estavam com limite para obter empréstimos comprometido.

Para se ter uma idéia da dimensão do estoque de dívidas que os produtores estão carregando no país, ape-

nas o Banco do Brasil renegociou R\$ 8,6 bilhões nos últimos 2 anos, sendo R\$ 2 bilhões no Paraná para serem pagos entre 2007 e 2011, mas essa é apenas uma parte do elenco de débitos.

No Paraná, além do custeio da safra, as dívidas dos produtores rurais de soja, milho e trigo, que deve retornar as credores em 2007, remonta ao volume de R\$ 1,44 bilhão. Os dados da SEAB mostram que o Valor Bruto da Produção - VBP das três culturas somará R\$ 9,98 bilhões. Desse total, segundo cálculos do próprio governo por meio da CONAB, R\$ 7,735 bilhões representam o custo de produção operacional.

Deduzindo do VBP o custo operacional e o pagamento de estoque de dívidas de R\$ 1,44 bilhão, sobrariam R\$ 800 milhões para a sobrevivência de 160 mil famílias no ano, o que daria apenas R\$ 5 mil por ano, cerca de R\$ 415,00/mês para cada família com 4 pessoas em média, ou seja, R\$ 103,00 para cada pessoa passar o mês. O quadro atual entre os produtores é de desespero, pois obviamente a conta não fecha e no entanto, se noticia apenas a safra recorde, esquecendo da dimensão dos prejuízos acumulados entre 2004 e 2006, das dívidas prorrogadas para os próximos anos e da recente alta dos insumos.

Cabe ressaltar que muitas regiões do Paraná foram mais castigadas com a seca e queda de preços entre 2004 e 2006, carregando um estoque de dívida muito superior a média. Além disso, na safra que está sendo colhida, não foram todas as regiões que atingiram a média excepcional de produtividade, por conta da ferrugem asiática, outras doenças, pragas e problemas climáticos.

Em consequência desta situação, será impossível para os produtores quitarem todas as dívidas, razão pela qual solicitamos providências para uma solução urgente que dê ao setor o fôlego necessário para plantação das próximas safras.”

Diante do exposto, cabe a esta Assembléia Legislativa posicionar-se para que o Governo Federal analise a situação e ofereça condições de trabalho aos agricultores, haja vista que essa atividade depende, além do próprio trabalho, das condições climáticas.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1459

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de módulo da Polícia Militar no bairro Porto Meira, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O bairro Porto Meira é o segundo mais populoso bairro de Foz do Iguaçu, sendo imprescindível a implan-

tação de um módulo da Polícia Militar naquela comunidade.

Em nossas constantes visitas, recebemos diversas reivindicações de moradores e manifestações da comunidade em geral, demonstrando grande preocupação com a deficiência na segurança naquele bairro, uma vez que o mesmo não dispõe de um módulo policial, visando preservar a ordem pública e a segurança da comunidade, fazendo-se necessária a sua instalação com a maior brevidade possível, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação desta proposição.

#### REQUERIMENTO Nº 1403

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Cultura, Sra. Vera Haj Mussi e ao Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, Sr. Marco Antonio Batista, solicitando informações sobre investimentos feitos nos últimos 4 anos para compra de equipamentos, reformas, folha de pagamento, incluindo servidores comissionados, concursados e profissionais terceirizados na Rádio e Televisão Educativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, ANTONIO BELINATI, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, RUI HARA, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS, MARCELO RANGEL e EDGAR BUENO.

#### REQUERIMENTO Nº 1407

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rafael Greca, Diretor-Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, para que sejam tomadas providências no sentido construção de barracão dos terrenos destinados à Reserva Técnica, localizados no Núcleo Rouxinol.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que a Associação de Moradores do Núcleo Rouxinol é um bairro em Guarapuava que há muito reivindica a construção desse barracão, cuja associação atende as mães necessitadas em lugares não apropriados, uma vez que as mães aprendem ali oficinas com as mais diversificadas atividades.

Um requerimento da Vereadora Maria José Mandu Ribeiro Ribas, que adentrou na Câmara Municipal de Guarapuava solicitando deste Deputado que atuasse junto à COHAPAR a construção de um barracão atendendo assim a solicitação de muitos moradores, mães que assi-

naram um abaixo-assinado neste sentido. Tal barracão servirá de oficina escola e para reuniões do Clube de Mães.

#### REQUERIMENTO Nº 1428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após consultado o soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Secretário Cláudio Xavier, convidando S. Exa. para comparecer nesta Casa de Leis, para debater com os Deputados, Deputadas, diretoria do SindSaúde/PR e associados, o impasse motivado pela divergência na decisão governamental que determinou jornada de trabalho de 40 horas para os servidores da área da saúde. Por acreditar que, através do diálogo, se chegará à tão desejada solução para a crise, cujos resultados não trazem nenhum benefício para o pessoal da área da saúde, nem mesmo para os paranaenses que utilizam, regularmente, atendimento nos serviços de saúde do estado, é que consideramos extremamente importante o atendimento do convite em questão.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do douto Plenário, seja endereçado expediente à Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie Northfleet, sugerindo que, dentro do que a lei permite, sejam implantadas medidas que facilitem famílias brasileiras a adotarem crianças.

Atualmente, leva-se em média 3 anos e 7 meses para a tramitação normal de documentação que permite essa adoção, sem contar inúmeros processos que demandam bem mais tempo.

Estudos mostram que ocorrem bem menos atritos entre pais e filhos adotivos, principalmente porque a adoção é um ato espontâneo, que espelha a livre vontade e o extremo amor de quem se dispõe a adotar. Faltam orfanatos, e, os poucos existentes estão lotados.

A Presidente do Supremo Tribunal Federal é uma das mais brilhantes figuras da vida pública brasileira, dotada de alta sabedoria e admirável senso de humanidade. A apreciação da presente sugestão certamente permitirá que milhares de crianças tenham o privilégio de serem acolhidas num abençoado lar.

À Presidente do STF a expressão de gratidão pela atenção.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 1436

Senhor Presidente:

Requeiro, após ouvido o douto Plenário, seja endereçado expediente à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto,

digna Secretária da Cultura, solicitando que sua pasta forneça recursos para a ONG SOAME - Sociedade Ambiental Cultural e Educacional, para a aquisição de um veículo tipo Kombi, Van ou similar.

A entidade é dirigida com muita competência e amor pela Vereadora Maria Luiza Muller, que deseja adquirir esse veículo com o objetivo de transportar crianças e adolescentes pobres que moram em regiões distantes da sede da ONG e enfrentam permanente risco de acidentes, pois utilizam a BR-369, alguns a pé, outros de bicicleta.

Considerando a notável obra social desenvolvida por Maria Luiza e sua equipe de trabalho, é que fazemos esse apelo respeitoso para a Secretária da Cultura.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO N° 1437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do douto Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Rogério Tizzot, solicitando urgente duplicação da PR-445, em toda a extensão do município de Cambé, e também a implantação de semáforos nos pontos estratégicos. Essa reivindicação, por proposição da eminente Vereadora Mirian Martins Araújo, já foi aprovada pelo plenário da Câmara Municipal de Cambé e espelha bem o sentimento de preocupação da população local com o elevado número de acidentes, alguns com vítimas fatais, outros com feridos gravemente, problema que pode ser reduzido, e muito, se esta reivindicação for atendida.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO N° 1369

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após consultado o soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, sugerindo que o Governo do Estado passe a fazer o transporte escolar, serviço que hoje é feito pelas prefeituras. Ocorre que, infelizmente, boa parcela das prefeituras está com o caixa baixo, resultado da queda de receita do FPM, problema que quase impossibilita os Prefeitos de que continuem responsáveis por esse transporte. A Associação dos Municípios do Vale do Ivaí ameaça paralisar o transporte escolar, problema também de outras regiões de nosso estado. O Sr. Governador transferindo para o estado esse serviço, dará grande contribuição para aliviar a crítica situação financeira das Prefeituras paranaenses, garantindo assim que nossos estudantes tenham assegurado o acesso às escolas, via transporte público.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO N° 1438

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Obras do Paraná, Dr. Júlio César de Souza Araújo Filho, solicitando que sejam realizados, com urgência, reparos na orla marítima de Matinhos. O mar causou grande destruição no nosso litoral e, caso os reparos não sejam executados imediatamente, a próxima temporada de veraneio estará seriamente comprometida. O prejuízo será enorme para os comerciantes locais e a própria economia paranaense será atingida, pois muitos veranistas optarão pelas praias catarinenses, inclusive para investimentos imobiliários.

O ex-Prefeito de Matinhos, Acedino Ricardo Duarte, o popular Seda, e um grupo de moradores de Matinhos manifestaram a este parlamentar a preocupação com a situação atual de nossas praias, que, se tiverem o apoio do Sr. Secretário de Obras, podem ser recuperadas, o que seria bom para todos os paranaenses. Nossa orla estando bem conservada gera emprego e prosperidade, o que hoje, infelizmente, não está acontecendo em Matinhos.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO N° 1411

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Maristela Beleski, residente à R. Cel. Arthur Ferreira de Abreu, 659 - Capão da Imbuía, que pede a implantação de rede coletora de esgoto nessa rua. Afirmo a Sra. Maristela que a quadra em que reside não dispõe do benefício, causando muitos transtornos aos moradores. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente através do telefone 3365-3786.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1445

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Governador do Estado proceda, o mais urgente possível, a assinatura de autorização para que entre em operação o Escritório Regional da JUCEPAR - Junta Comercial do Paraná, no município de Medianeira.

Antigo anseio da classe empresarial e dos contabilistas de Medianeira e municípios vizinhos, a Junta Comercial em Medianeira funciona, até os dias de hoje, como um posto de atendimento vinculado ao Escritório

Regional de Foz do Iguaçu. Porém, desde o ano de 2006, o órgão foi todo estruturado na sede da ACIME - Associação Empresarial de Medianeira, visando atender as exigências para a transformação em Escritório Regional da JUCEPAR, inclusive com a celebração de convênios, treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos, restando tão somente a assinatura do Governador do Estado para a entrada em funcionamento, beneficiando desta forma toda a micro-região de Medianeira.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que o Sr. Antonio Ermírio de Moraes seja comunicado no intuito de viabilizar efetivamente a doação de um imóvel de 7.000 m<sup>2</sup> de sua propriedade, localizado na bairro Portão, desta capital, anexo ao Hospital do Trabalhador para que sejam realizadas obras de ampliação.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital do Trabalhador, localizado em Curitiba, contribui para a qualidade de vida do cidadão e da comunidade, desenvolvendo, em nível de excelência, ações de saúde voltadas à prevenção, assistência, reabilitação, ensino e pesquisa, nas áreas de trauma e emergência, saúde do trabalhador, materno-infantil e infectologia.

O Hospital do Trabalhador dispõe de 176 leitos para internações, divididos entre as clínicas:

- 56 de trauma e cirurgia adulto;
- 30 de pediatria clínica e cirúrgica;
- 35 de maternidades com alojamento conjunto;
- 17 de infectologia;
- 10 de UTI trauma adulto;
- 08 de UTI neonatal;
- 02 de UTI trauma pediátrico;
- 10 de cuidados intermediários neonatais;
- 08 de observação da emergência.

O corpo funcional conta com 893 funcionários, dos quais 220 médicos e 264 enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

#### Histórico

Em 1947 foi fundado o Sanatório Médico - Cirúrgico do Portão, para atendimento à pacientes com tuberculose e doenças torácicas.

Em 1977 celebrou-se o convênio entre o Governo do Estado do Paraná, Prefeitura de Curitiba, Universidade Federal do Paraná - UFPR e Fundação da UFPR para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Cultura - FUNPAR.

A parceria estabelecida representou um salto de produtividade e qualidade nos serviços prestados por essa unidade aos serviços já existentes nas áreas de atendi-

mento materno-infantil, infectologia e cirurgias de correção de defeitos congênitos da face, foram agregadas a uma nova missão: a de transformar o hospital num centro de excelência no atendimento aos acidentados em geral e, em especial, aos acidentes e doenças do trabalho.

Com essa parceria foi possível implantar o pronto-socorro de trauma, atendendo assim a uma demanda da comunidade da região. Na ocasião, a Universidade Federal do Paraná - UFPR procurava meios para ampliar a formação e o treinamento dos alunos do curso de medicina e da residência médica, especialmente da área de cirurgia e ortopedia.

Em 1980 transformou-se em Hospital Geral do Portão e tornou-se referência no atendimento em infectologia e AIDS. Em 1994 tornou-se o Hospital Geral Mauro Senna Goulart ao concluírem-se as obras de reforma e ampliação de capacidade instalada, iniciada 15 anos antes. São adquiridos, também, diversos equipamentos para sua ativação completa. Em 1995 implantou-se o serviço de maternidade recebendo, em 15 de fevereiro, o 1º bebê recém-nascido, iniciando o processo de reativação do hospital. Em 1996 iniciaram-se as cirurgias de correção de defeitos congênitos da face em parceria com o Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio-Palatal/SESA/ISEP.

Em 1997 recebe a denominação de Hospital do Trabalhador com o estabelecimento da nova missão através do convênio celebrado em 17 de agosto com o Governo do Estado do Paraná/Secretaria do Estado da Saúde - PR, Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal de Saúde - PR, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Cultura - FUNPAR. Estabeleceu-se o efetivo controle social através da instalação do Conselho Deliberativo. Iniciou o serviço de cirurgia de mão.

Em 1998 inaugurou-se o serviço de trauma e emergência, com o início do funcionamento do pronto-socorro, das 4 salas do centro cirúrgico, da UTI de trauma adulto, das unidades de internamento adulto e infantil para o trauma do ambulatório e do serviço de reabilitação de membros superiores.

Em 1999 foi cadastrado como hospital de referência da Rede Estadual de Urgência e Emergência do Paraná.

Em 1999 o Hospital do Trabalhador implantou o Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Humano, que assumiu a administração de estágios curriculares e extracurriculares de alunos, proveniente de diversas instituições de ensino. Logo o hospital foi reconhecido pelo Ministério da Educação e da Cultura e pelo Ministério da Saúde como Hospital Auxiliar de Ensino, cooperando com a formação de profissionais de saúde, e por essa razão, passou a receber recursos adicionais para o seu custeio.

Dessa forma, o convênio teve impacto bastante positivo também nas atividades de ensino e pesquisa, pro-

piciando ao hospital estar em permanente evolução, em sintonia com os novos conhecimentos científicos e com as novas técnicas de cada especialidade.

A participação da FUNPAR nesse convênio proporcionou autonomia e flexibilidade administrativa para vinculação de pessoas, aquisição de insumos e equipamentos, realização de contratos e ações de manutenção em geral. Credenciada no SUS como prestadora de serviços, pelo hospital, a FUNPAR recebe e administra os recursos deste faturamento e também viabiliza o uso de recursos financeiros de outras fontes de financiamento, para o custeio da unidade.

Com os recursos administrados pela FUNPAR, do FIDEPS - Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento de Ensino e pesquisa em Saúde e dos subsídios repassados pela Secretária de Estado da Saúde do Paraná, foi possível a realização de melhorias na estrutura física e aquisição de equipamentos para o hospital.

A Prefeitura participou com a implantação da UTI neonatal (equipamentos), sendo importante para o programa Mãe Curitibana e fator de contribuição para a redução da mortalidade materno-infantil nesta região.

Em 2000 tornou-se Hospital Amigo da Criança, título do UNICEF/Ministério da Saúde/BR, Centro Colaborador da Gestão e Assistência Hospitalar. Hospital Auxiliar de Ensino passando a receber recursos do FIDEPS.

Em 2001 implantou-se a UTI neonatal e pediátrica. O cadastro em Alta Complexidade de Neurocirurgia Nível II SUS/MS. Sede da base da Rede Paraná Urgência (UTI Móvel).

Em 2002 recebeu licença sanitária dentro do Programa PASES/Secretaria Municipal de Saúde. Recertificação como Centro Colaborador do Ministério da Saúde para a Qualidade da Gestão e Assistência Hospitalar. Cadastro em Alta Complexidade de Ortopedia e Traumatologia. Certificação do Programa de Humanização Hospitalar do Ministério da Saúde. Iniciou-se o atendimento das doenças ocupacionais.

Em 2003 recebeu a licença ambiental.

O processo de fortalecimento do Hospital do Trabalhador pelos paranaenses vem de encontro ao número de atendimentos realizados pelo Hospital do Trabalhador, onde estes são crescentes ano após ano.

O Hospital do Trabalhador por muitos anos é reconhecido como referência em trauma, onde responde por cerca de 45% de todos os atendimentos deste tipo no município de Curitiba.

O Hospital do Trabalhador em 1998 realizou 21 mil atendimentos, em 2005 esse número já chegou a 169 mil, um crescimento de mais de 700% em 7 anos.

Destaco ainda a importância social do Hospital do Trabalhador, que atende diretamente a população de Curitiba e região metropolitana. O hospital recebeu equipamentos da Secretaria da Saúde, nos últimos anos, também como objetivo de melhorar a qualidade no atendimento à população.

No final de 2006 o hospital promoveu uma grande campanha de conscientização a respeito de acidentes com fogos de artifícios e sua utilização correta para diminuir os riscos. Até novembro do ano passado, foram atendidos no pronto-socorro do hospital do Trabalhador 10 mil e 700 acidentados com lesões de mão. Em 2005, foram 12 mil pessoas, o que equivale a mais de mil atendimentos por mês. Porém, é importante ressaltar que dessas lesões, em média, 1,5 caso por mês decorre do uso de fogos de artifício e explosivos.

O Hospital do Trabalhador possui somente 175 leitos disponíveis, com média de permanência de 3,8 dias por paciente, o que representa a ocupação média de 78,20% dos leitos. No ano de 2006 foram 15 mil e 516 internações, 83 mil e 004 atendimentos no pronto-socorro e 50 mil e 400 atendimentos no ambulatório. Também foram realizados 2 mil e 968 partos e 11 mil e 369 cirurgias. O total de exames realizados pelo HT, em 2006, atingiu a cifra de 348 mil e 302. Dessa forma, o total de procedimentos hospitalares realizados foi de 511 mil e 559. Em 2007 esperam o aumento de 15 leitos e existe a expectativa de que cresça em 5% o número de pacientes do ambulatório, pronto-socorro e internamento.

A necessidade de ampliação de 2007 do Hospital do Trabalhador é de suma importância e emergência para o bom atendimento aos paranaenses. O seu crescimento é exponencial ano após ano.

Outras ações do Hospital do Trabalhador é a unidade vinculada ao HEMEPAR, a Agência Transfuncional do HT tem a função de armazenar, realizar testes de compatibilidade e liberar os hemocomponentes para transfusão. O setor funciona durante 24 horas ininterruptas e conta com uma equipe multiprofissional, além de representar uma oportunidade de estágio para acadêmicos do curso de Farmácia e Bioquímica.

A Unidade de Saúde do Trabalhador teve um ambulatório inaugurado em 2004, onde oferece tratamento de doenças ocupacionais, com consultórios específicos para atendimentos na área de Medicina do Trabalho, Fisioterapia, Ortopedia, Psicologia, Terapia Ocupacional, dentre outros, voltados para a reabilitação do trabalhador. Em 2005 a unidade realizou mais de 11 mil atendimentos e serviu de campo de estágio para 20 médicos do curso de Especialização em Saúde do Trabalhador da UFPR.

Foram realizadas obras para aprimorar o arquivo de prontuário dos pacientes, o almoxarifado central e o centro cirúrgico. O arquivo foi uma obra de 530 m<sup>2</sup> destinada à organização, arquivamento e depósito de mais de 700 mil prontuários existentes no hospital. Já o almoxarifado central foi uma construção de 750 m<sup>2</sup> anexa ao hospital, com a finalidade de centralizar os insumos hospitalares e sua distribuição para as demais unidades. Também foram criadas 3 novas salas cirúrgicas, obra de 215 m<sup>2</sup>, destinadas exclusivamente para procedimentos eletivos (hora marcada), evitando a suspensão destas por emergências concomitantes.

Para melhorar o instrumental de assistência foram adquiridas, com apoio dos órgãos públicos, camas hospitalares, bisturis eletrônicos microprocessados, aspiradores de secreção, doppler vascular, conjunto de vídeo para laparoscopia, transformadores de caldeiras, compressores, motobombas, autoclaves, equipamento para lavanderia e equipamentos de informática, Raio-X, além de revitalização dos acessos ao hospital.

Estes investimentos propiciaram uma melhoria parcial das condições de atendimento dos hospital, com benefícios diretos a toda comunidade paranaense atendida pela unidade hospitalar. A FUNPAR mantém, por meio do convênio de gestão do HT, 427 profissionais nas mais diversas áreas, que garantem o bom funcionamento da unidade e a realização dos atendimentos a toda sociedade.

A necessidade de ampliação do HT vem a ser emergencial, tendo em vista o aumento exponencial ano após ano dos procedimentos e atendimentos a população e não havendo mais espaço físico para internamento e atendimento digno ao usuário.

Os motivos expostos mostram a realidade que o Hospital do Trabalhador vem passando nos últimos anos, onde a única área possível para sua ampliação, anexa ao hospital, é de propriedade do Sr. Antonio Hermírio de Moraes, e que será de extrema importância para solucionar rapidamente a demanda de atendimentos à população.

#### REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o reenvio de pedido de informações ao Sr. Rafael Iatauro, Secretário da Casa Civil do Estado do Paraná, no sentido de esclarecer as seguintes questões pendentes em relação ao requerimento aprovado em plenário no dia 30 de novembro de 2005, por esta Casa de Leis:

1) enviar xerocópia do Inventário Florestal da área do Parque Público de Lazer em Almirante Tamandaré;

2) enviar xerocópia do processo de desapropriação da referida área onde constam quais foram os critérios, bem como o valor sugerido pela avaliação da Procuradoria Geral do Estado no tocante ao valor do pagamento da desapropriação.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, e ao Superintendente do Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Neves, solicitando dos mesmos informações sobre os prazos para a cobertura das quadras esportivas, conforme processos e requerimentos abaixo descritos:

Protocolo nº 8.987.876-4 - Escola Estadual João Jeuelin - Maringá;

Protocolo nº 8.587.292-3 - Escola Estadual Zuleide Portes - Maringá;

Protocolo nº 5.503-111 - Colégio Estadual Branca da Motta Fernandes - Maringá;

Protocolo nº 4.950.922-7 - Escola Estadual Cecília Meireles - Santa Fé;

Protocolo nº 3.011-240-7 - Colégio Estadual Ver-cindes Gerotto dos Reis - Paçandu;

Protocolo nº 4.950.891-3 - Colégio Estadual Tereza Cristina - Colorado;

Requerimento 27/02/07 - Colégio Estadual Presidente Kennedy - Maringá;

Requerimento 06/03/07 - Colégio Estadual Juscelino K. de Oliveira - Maringá;

Requerimento 07/05/07 - Colégio Estadual Adaile Maria Leite - Maringá.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1372

Senhor Presidente:

Requisitamos as informações ao egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre os seguintes itens:

1) qual foi o parecer de seus auditores e de seu corpo técnico sobre as prestações de contas do porto de Paranaguá, referente aos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006;

2) informar quantas reprovações foram recomendadas em relação a estas contas pelos seus Auditores e/ou Inspetores.

Enviar ainda a cópia das prestações de contas relativas aos anos em comento.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações se fazem necessárias para que sejam esclarecidos alguns pontos relativos ao porto de Paranaguá, principalmente por conta de informações de recomendações contrárias à aprovação de contas.

#### REQUERIMENTO Nº 1387

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, ao Dr. Nestor Baptista, Presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado, que determine uma auditoria especial junto à Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP, no sentido de obter informações abaixo especificadas, relativas às licitações promovidas por aquela Pasta, haja vista que proliferam termos aditivos para cada uma das obras licitadas, como se esse instrumento de mera e eventual correção fosse uma regra geral e não de exceção:

1) quantas e quais licitações foram feitas pela SEOP, diretamente ou indiretamente através de convê-

nios, nos últimos 4 anos, especificando as respectivas obras, município por município;

2) das licitações formalizadas, quantas obras foram executadas, e quantas ainda estão em andamento;

3) quantas obras foram objeto de termos de aditamento, especificando uma a uma (executadas e em andamento), seus valores originais, constantes das respectivas licitações e os valores dos correspondentes aditamentos.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, ANTONIO BELINATI, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, RUI HARA, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL e LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 1388

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, aos Srs. Governador do Estado, Roberto Requião; ao Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro; ao Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua e a Sra. Secretária da Administração e Previdência, Maria Marta Lunardon, informar se no âmbito da administração pública estadual existe autorização para utilização de cartão de crédito corporativo por parte de seus servidores.

Em caso positivo, quais os órgãos ou entes que solicitaram a emissão de crédito, quantos foram emitidos, em nome de quais servidores e os respectivos limites de gastos autorizados.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, ANTONIO BELINATI, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, RUI HARA, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL e LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 1391

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, aos Srs. Governador do Estado, Roberto Requião; ao Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro; ao Secretário Especial para Relações Internacionais e Cerimonial, Jacir Bergmann II, a propósito da viagem do Governador ao Japão e à França, informar:

1) Quais os motivos da viagem?

2) Quantos são os integrantes da comitiva? Quantos estão viajando às expensas do erário? Quantos são servidores do Poder Executivo? Quantos de outros Poderes?

3) Qual a despesa da viagem para os cofres estaduais? Passagens, diárias, deslocamentos internos e outras viagens? Qual o total da despesa com a referida viagem?

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, ANTONIO BELINATI, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, RUI HARA, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL e LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 1389

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Sr. Julio César de Araújo Filho, após ouvido o douto Plenário, informações sobre a obra do fórum, o edifício onde deverá ser, provisoriamente, instalado o gabinete do Sr. Governador:

1) Quando foi procedida a licitação para conclusão da referida obra? Qual o valor máximo estipulado para a obra? Qual a empresa vencedora, o valor contratado e o prazo para execução da obra?

2) Especificar quais os projetos constavam do edital (arquitetônico, hidráulico, elétrico, conforto ambiental, etc). Juntar cópia do processo licitatório desde a publicação até sua finalização.

3) Foram formalizados termos aditivos? Quantos? Quais os respectivos valores? Quais os motivos que os justificaram? Juntar as respectivas cópias.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, ANTONIO BELINATI, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, RUI HARA, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL e LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 1390

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Sr. Júlio César de Araújo Filho, após ouvido o douto Plenário, informações sobre as licitações promovidas por aquela Pasta, conforme segue:

1) quantas e quais licitações foram feitas pela SEOP, nos últimos 4 anos, especificar as respectivas obras, município por município;

2) das licitações formalizadas, quantas obras foram executadas, e quantas ainda estão em andamento;

3) quantas obras foram objeto de termos de aditamento, especificar uma a uma (executadas e em andamento), seus valores originais, constantes das respectivas licitações e os valores dos correspondentes aos aditamentos.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, ANTONIO BELINATI, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, RUI HARA, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL e LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 1402

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante assinado, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, vem REQUERER a esta Mesa Executiva o envio de expedi-



ente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para que forneça as seguintes informações:

- qual a situação dos esgotamentos sanitários dos edifícios públicos, ou utilizados por órgãos públicos, sejam eles do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, das esferas municipais, estadual e federal no território do estado do Paraná;

- em especial quanto à captação do esgoto desses prédios, se estão ligados ao sistema da SANEPAR, se são utilizadas fossas negras e ainda se há o tratamento desse esgoto.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a não coleta do esgoto do prédio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme resposta encaminhada pela SANEPAR e o início das obras para a ligação do mesmo já iniciadas e a recente determinação do Governador Roberto Requião de que a partir de maio do corrente ano todas as obras públicas deverão conter estudo de impacto ambiental, e licenciamento emitido pelo IAP, fica inequívoca a intenção desse Governo de resolver o problema de emissão de esgoto *in natura* nos nossos rios e córregos. Nada mais justo que termos um quadro de quanto de esgoto produzido pelos órgãos públicos estão sem a devida coleta e tratamento.

### **Projeto de Lei**

PROJETO DE LEI Nº 388/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, no âmbito do estado do Paraná, obrigados a afixar cartazes em local visível, junto aos caixas registradores, com os seguintes dizeres: “Contribua você também para um Paraná melhor. Exija sua nota fiscal - Comissão de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná”.

Reclamações:

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Comissão de Defesa do Consumidor

Art. 2º Os dizeres, dispostos em folha não inferior ao tamanho A4, deverão vir impressos em letras com tamanho mínimo de 02 cm de altura por 01 cm de largura.

Art. 3º O descumprimento desta lei acarretará ao infrator a pena pecuniária de 200 (duzentas) UFIRs.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL  
RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem por objetivo dispor sobre a orientação aos consumidores a exigência de notas fiscais nos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.

Com esta determinação, pretende o autor que seja cumprida a obrigatoriedade de emissão de notas fiscal, inibindo assim a sonegação do imposto devido.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 389/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Os hospitais, clínicas e postos de saúde da rede privada ou pública, localizadas no estado do Paraná, ficam obrigados a comunicar aos Conselhos Tutelares os casos de obesidade infantil.

Art. 2º Caberá aos Conselhos Tutelares zelar pelo bem-estar da criança ou adolescente, conforme artigo 136 da Lei Federal nº 8069/90, apurando as causas e as responsabilidades dos pais ou tutores no quadro da obesidade infantil, indicando a solução adequada para o problema.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta lei acarretará as sanções previstas no Título VII, artigo 249, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### JUSTIFICATIVA:

A mídia tem divulgado estudos atuais que demonstram o crescimento assustador da população infantil e adolescente que enfrentam problemas relativos a obesidade. Os maus hábitos alimentares com alto índice de gordura, sal e açúcar, aliados a falta de exercícios físicos, ao uso indiscriminado dos computadores, a publicidade atrativa dos fast-foods, são alguns dos fatores que conduzem ao excesso de peso dos jovens.

Cabe ressaltar que esses jovens podem desenvolver os mais variados problemas de saúde acarretados pela obesidade, tais como: dificuldades locomotoras, diabetes, insuficiência cardíaca ou respiratória, hipertensão arterial, aumento do colesterol, etc... Faz-se necessário que a sociedade como um todo se mobilize em torno deste grave problema, para que no futuro não tenhamos uma geração doente, que poderá viver menos que seus pais.

O acompanhamento por parte das autoridades médicas e do Conselho Tutelar, é fundamental para orientar, tratar e buscar junto com os pais a melhor solução, além de ter como prioridade o bem-estar do jovem.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 390/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com as prefeituras municipais do estado do Paraná com o objetivo de garantir o transporte para o tratamento de pacientes dentro e fora de seu município de origem.

Art. 2º No convênio firmado, o Poder Executivo do Estado do Paraná fornecerá o veículo e a prefeitura municipal garantirá a manutenção, o condutor e a equipe técnica necessária.

Art. 3º O quantitativo de veículos a ser oferecido à cada prefeitura será variável e considerará:

- a) o perfil epidemiológico da municipalidade;
- b) o número de habitantes do município;
- c) a extensão territorial do município;
- d) a disponibilidade orçamentária.

Art. 3º Os veículos, objeto do convênio autorizado pela presente lei, destinar-se-ão ao atendimento de pacientes, portadores de patologia crônica, em tratamento contínuo, devidamente cadastrados junto à prefeitura municipal, sendo priorizados os idosos, os com maiores dificuldades de locomoção e aqueles de menor renda familiar.

Parágrafo Único. São destinatários desta lei, prioritariamente aqueles que necessitem de tratamento contínuo em reabilitação, nas seguintes especialidades, entre outras:

- a) fisioterapia motora e respiratória;
- b) fonoaudiologia;
- c) quimioterapia;
- d) radioterapia;
- e) terapia ocupacional;
- f) ortopedia;
- g) neuropediatria;
- h) fisioterapia.

Art. 4º O convênio firmado terá necessariamente cláusulas dando prioridade ao atendimento nas regiões mais longínquas da municipalidade e aquelas que, mesmo estando próximas ao centro, apresentem deficiências de transporte público e sendo consideradas de difícil acesso.

Art. 5º Os veículos a que se refere a presente lei, terão inscritos em suas laterais o seguinte: “Convênio Governo do Estado do Paraná, Prefeitura Municipal de (nome da Prefeitura) - Lei Estadual nº (nº da lei).

Parágrafo Único. Os veículos a que se refere o *caput* deste artigo terão capacidade mínima para 9 (nove) passageiros e terão preferencialmente como combustível o Gás Natural Veicular - GNV.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer remanejamento no orçamento em vigor para atender as despesas decorrentes da aplicação da presente lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

### JUSTIFICATIVA:

Os serviços públicos de saúde, que atendem patologias de maior complexidade, mais bem equipados, encontram-se localizados nos grandes centros urbanos. Muitos pacientes, depois de atendidos nestes centros, retornam aos seus municípios e distritos com recomendações médicas de continuidade do tratamento, necessitando assim retornar por várias vezes à unidade de saúde que o atendeu.

Ocorre que os meios de transporte no interior do estado costumam ser deficientes e muitos cidadãos que necessitam da continuidade de tratamento não dispõem dos recursos necessários para custear o deslocamento. O tratamento destes cidadãos fica bastante comprometido.

Nossa proposta pretende criar os meios para a universalização do atendimento ao paciente portador de patologia crônica.

Considerando que o transporte de pacientes por meio de ambulâncias prioritariamente deverá ser realizado em caráter de urgência e emergência, relacionado quase sempre às patologias agudas, este projeto procura preencher uma lacuna existente na assistência à saúde no que tange ao transporte de pacientes. Há de se considerar que as patologias crônicas, a cada dia mais presentes em nossa sociedade em função do aumento da expectativa de vida da nossa população e conseqüentemente do aumento do número de idosos, faz-se absolutamente necessária a normatização do meio de transporte específico para esse tipo de paciente e de tratamento.

Este projeto, a exemplo do transporte de urgência e emergência, salva vidas, pois permite o acesso de pacientes crônicos à tratamento até então inacessível, evitando principalmente as internações hospitalares.

Considerando o elevado alcance social da presente proposição, confio no apoio de meus nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 391/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Deficientes Físicos de Necessidades Especiais -

ADEFINE, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Deficientes Físicos com Necessidades Especiais - ADEFINE, situada à R. Nereu Ramos, 275, São Miguel do Iguaçu/PR, fundada em 08 de abril de 2006, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, tem por finalidade promover trabalho visando inserir a problemática da pessoa portadora de deficiência entre as principais questões sociais brasileiras e apoiar/desenvolver projetos exemplares nas diferentes áreas abrangidas pelo problema no sentido de produzir modelos inovadores de atuação conjunta da sociedade organizada.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 1856, de 03 de abril de 2007.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não tivemos Sessão na quinta-feira, nem na sexta-feira, no sábado, no domingo e estou vendo o Plenário vazio. Os representantes da PETROBRAS, se não houver uma chamada nominal, vão falar para as paredes. Solicito chamada nominal para que os Parlamentares compareçam.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Deferido. Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Reni Pereira, a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Trinta e sete Deputados responderam à chamada.

### ***Grande Expediente:***

#### ***Homenagem aos 30 anos de instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Neste Grande Expediente, concedo a palavra a Deputada Rosane Ferreira, para que faça a saudação em homenagem aos 30 anos de instalação no Paraná, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas.

#### ***Propositora: Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Boa tarde, Presidente, Deputadas, Deputados presentes, Sr. Oderich e demais colaboradores da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR.

É com grande satisfação que faço esse pequeno pronunciamento.

(**Lê**):

“A Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, da PETROBRAS completou 30 anos no último domingo, dia 27. Por proposição desta Deputada, a empresa será homenageada hoje na Assembléia Legislativa durante o Grande Expediente.

A homenagem será recebida pelo Gerente Geral da REPAR, João Adolfo Oderich. Hoje, somos referência para a PETROBRAS como uma refinaria moderna e com tecnologia de ponta, o que se deve, principalmente, ao trabalho de nossos colaboradores. Atualmente, a REPAR conta com 1,4 mil funcionários, entre próprios e contratados permanentemente. Até 2010, a REPAR está investindo US\$ 2,5 bilhões no projeto de modernização de suas instalações.

Investimentos que trarão impacto direto na economia de Araucária.

Década de 1970. No mundo, o cenário é de mudanças. No setor energético, choques e crises mundiais por causa do petróleo. No Brasil, a época é de grandes investimentos. Paraguai e Brasil firmam o Tratado de Itaipu, que permitiu a construção da mais potente hidrelétrica do mundo. Nesse contexto, é oficializada em 1971 a escolha do Conselho Administrativo da PETROBRAS. As decisões desse grupo mudariam para sempre o rumo de uma cidade: Araucária.

Surgida das andanças dos tropeiros, Araucária cresceu com o ciclo da madeira, da erva-mate e com a imigração, principalmente de poloneses e ucranianos. E em 1971 compunha o cinturão verde de Curitiba, tendo como base da economia a agricultura familiar.

A transformação começou com as obras de construção entre 1973 a 1977, que trouxe emprego e muitas oportunidades para a região. Araucária se transformou em um dos principais pólos industriais do sul do país.

Desde sua inauguração, no dia 27 de maio de 1977, a REPAR opera 24 horas sem parar, 7 dias por semana. Já naquela época, a unidade processava 24 milhões de litros de petróleo por dia. Hoje, a REPAR responde sozinha por 12% da produção nacional de derivados de petróleo, com capacidade para processar 32 milhões de litros por dia.

Seus produtos abastecem os estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, além do sul de São Paulo. No ano passado, a refinaria recolheu mais de R\$ 2 bilhões de ICMS, o que representa mais de 21% do total desse imposto recolhido no estado do Paraná, sendo a maior empresa do sul do país em arrecadação.

Seu faturamento em 2006 representa 12,9% do PIB - Produto Interno Bruto, do estado. A PETROBRAS causa orgulho ao povo brasileiro pela sua história e competência. Porém, tem hoje um grande desafio: a implantação gradativa de uma nova matriz energética limpa, sustentável e socioeconomicamente justa.”

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Agradecemos as palavras da Deputada Rosane, passaremos à apresentação de um vídeo, onde será apresentada a vida desta refinaria, com todos os melhoramentos e história da Refinaria Presidente Getúlio Vargas.

(**Procede a apresentação de vídeo**)  
(**Aplausos**)

## ***Oradores***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência anuncia nesta Mesa a presenças do Sr. João Adolfo Oderich, Diretor da Refinaria Presidente Getúlio Vargas e da Deputada Rosane Ferreira, autora da proposição. Em seguida, concedo a palavra ao nosso convidado para que se dirija à tribuna fazer a sua exposição.

## ***O Sr. João Adolfo Oderich - Diretor da Refinaria Presidente Getúlio Vargas***

O SR. JOÃO ADOLFO ODERICH

Sr. Presidente Antonio Anibelli, Exma. Deputada Rosane Ferreira, autora do requerimento desta Sessão Solene, na qual gostaríamos de cumprimentar a todos os Deputados presentes; caros colegas da REPAR, senhoras, senhores presentes, nosso boa-tarde.

Idades emblemáticas como 10, 20, 30 anos, são grandes oportunidades para que as empresas possam refletir sobre as suas ações do passado e se projetarem ao futuro. Para a PETROBRAS essas reflexões e projeções são combustíveis para o nosso trabalho. Por isso estamos trabalhando muito. Trabalhando porque queremos melhorar a cada dia, trabalhando para que a vida de todos possa ser melhor.

Em um rápido resumo, podemos dizer que a refinaria começou a ser construída nos idos de 1973, entrando em operação em 1977, no dia 27 de maio, ou seja, ontem tivemos a idade, no dia correto, dos 30 anos da REPAR. Já no final da década de 70 a unidade passava de 20 para 24 milhões de litros por dia de petróleo processado. Na década de 80, preocupada com a responsabilidade sócio-ambiental, a refinaria amplia suas áreas verdes e passa a instalar em suas unidades medições da qualidade do ar. Já em 2004, entra em operação a unidade de hidrotratamento de diesel, reduzindo de 2 mil para quinhentas partes por milhão a quantidade de enxofre contido. Com isso, tivemos expressivas melhorias e ganhos ambientais.

“Vamos plantar pretróleo.” Esse foi o lema repetido pelo Presidente Lula e também pelo Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli, em visita à REPAR no ano passado. Naquela ocasião, foi realizado o teste simbólico da produção do HBIO, colocando oficialmente a nossa unidade REPAR como uma das primeiras refinadoras de um novo e revolucionários processo, que vai passar a ter óleo vegetal em seu processamento, em sua produção.

É assim que construímos a nossa história, a história da REPAR. Hoje, a Refinaria Presidente Getúlio Vargas completa 30 anos de sua trajetória, um marco para todos nós, um marco para a história de todos os paranaenses. Mas, projetamos mais. Até 2011 pretendemos investir mais de R\$ 5 bilhões nos novos empreendimentos da nossa unidade. São obras que vão gerar 17 mil postos de trabalho diretamente durante a sua fase de execução. Essas novas unidades vão produzir coque de petróleo, gasolina e diesel, gás de cozinha, propeno e hexano, além de aumentar em 10% a produção de petróleo na refinaria.

Esses investimentos fazem parte de um programa da companhia para manter-se competitiva no mercado internacional de derivados de petróleo e adequar-se à futura legislação ambiental. São investimentos que reforçam a política da PETROBRAS, de uma companhia integrada de energia que combina modernas técnicas de administração e tecnologias de prospecção e processamento de petróleo com ações conjuntas de responsabilidade sócio-ambiental, seguindo rigorosos padrões de segurança.

A PETROBRAS é uma empresa de grandes desafios e acredita que sua performance empresarial deve englobar também o compromisso de atender a área sócio-ambiental e a qualidade nos resultados de suas ações em benefícios para todas as comunidades. É por essa atuação e por suas projeções que conquistamos o 8º lugar entre todas as empresas mais respeitadas em todo o mundo no ranking que relaciona as seiscentas grandes empresas mundiais.

É com muito orgulho e satisfação que digo aos senhores que faço parte dessa companhia. Orgulho-me ainda muito mais em poder estar à frente dos negócios de uma unidade como a REPAR. Estou há 32 anos na companhia, já passei por diversas unidades, mas posso dizer a todos que a REPAR se faz diferente. Diferente por ser uma unidade de negócios de gente de luta, de garra, e que abraça os desafios. São pessoas que têm orgulho de fazer parte dessa história, pessoas que dão tudo de si e querem sempre mais.

Nossas projeções sempre nos levam a refletir mais. O que podemos fazer é agradecer ao Paraná, agradecer a esta terra e a toda essa gente. E posso dizer que 30 anos é um marco importante, mas queremos ainda muito mais, porque o desafio é a nossa energia.

Muito obrigado.

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

### ***Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Antes de mais nada, os nossos cumprimentos à Deputada Rosane Ferreira, autora do requerimento que propicia a presença dos nossos, eu poderia dizer, companheiros da PETROBRAS, da REPAR. Quero fazer uma saudação ao Superintendente da REPAR, Sr. João Adolfo Oderich.

Pois bem, Srs. Deputados, quero retornar um pouco no tempo: vejo-me estudante. Estávamos dentro das escolas travando uma luta pela libertação social, econômica e política do povo brasileiro.

Sr. Superintendente, muitas vezes até cito como o acontecido que, praticamente, pela primeira vez, vamos dizer assim, no meu caso, fomos agredidos pela polícia e foi quando estávamos pichando muros com os dizeres: “O Petróleo é Nosso” - nós queríamos a criação da PETROBRAS.

Então, quando vejo os rostos desses patriotas que estão aqui, homens e mulheres, lembro-me da luta que travamos durante tantos e tantos anos para que pudéssemos, nós brasileiros, ter a afirmação como nação e sermos respeitados no Conselho Internacional das Nações.

Lembro-me, Sr. Presidente, que os americanos diziam, simplesmente, e impunham a palavra de ordem aos governantes brasileiros, a muitos governantes: “no Brasil, não temos petróleo”. Então, essa é uma luta dos comunistas, que querem fazer com que o Brasil não siga o caminho que tem que seguir, no entendimento da elite de sempre, que manda neste país! Mas nós, rebeldes, Sr. Superintendente, nos colocamos a favor da criação da PETROBRAS, pela qual não só os senhores, as senhoras se orgulham, mas eu como Prefeito, como Deputado, aqui ou em Brasília sempre afirmei e V. Exas. são testemunhas daquilo que sempre falamos: este país chegou ao ponto que está hoje porque na nossa vida está a PETROBRAS, responsável hoje pela criação de pelo menos 12% do PIB paranaense. É uma presença maiúscula, e eu me lembro, Sr. Superintendente, há pouco tempo, ainda como Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, quando recebi os companheiros da PETROBRAS lá na Secretaria, e eles estavam na criação, vamos dizer assim, lá em 2003, dos projetos que V. Exa. está anunciando aqui que levarão, ao final, investimentos de bilhões de reais aqui no nosso estado.

Então, valeu a luta, valeu a luta! E eu digo a todos os Deputados daqui e por onde eu tenha passado, que a presença do poder público é fundamental, ela é insubstituível na vida que nós queremos melhor, fazendo a transformação da nossa realidade. Se não tivéssemos. Sr. Presidente, a PETROBRAS presente, a Vale do Rio Doce, que agora foi dada praticamente de graça para

meia dúzia de pessoas e o que me surpreende é terem feito o que fizeram, o que me surpreende é ver aqueles que cometeram aquele crime contra a nação estarem circulando em plena liberdade neste país, não respondendo pelos crimes que cometeram! E é assim. A elite, a Direita, os neoliberais, o que querem? Querem destruir a PETROBRAS, como queriam passar a Caixa Econômica Federal para as mãos de particulares, como fizeram aqui no Paraná, destruindo o BANESTADO por dentro e o passando praticamente de graça ao Itáú! Queriam o que? Repito: destruir a PETROBRAS, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil! E estas empresas estratégicas são fundamentais à vida da nação! Quem luta contra a PETROBRAS não é brasileiro defensor dos nossos interesses!

Tenho convicção da presença e aqui, Sr. Presidente, eu estava na Liderança das Oposições quando travamos uma luta fenomenal, monumental para que não se vendesse a COPEL. Logicamente que lá adiante muitos que não tinham nada a ver com aquilo que conseguimos aparecer também como os lutadores, como é comum neste momento nós vemos, inclusive dentro da imprensa, pessoas que se acumpliciaram com a noite do arbítrio que foi a ditadura militar, dizerem que sempre lutaram pela liberdade de imprensa, sempre lutaram contra os privilégios, quando não foi bem assim! Estou falando aqui até para repor algumas coisas que estamos cansados, Sr. Superintendente, de ouvir, não só na Casa mas por todos os cantos onde estamos, você sempre levanta e identifica os inimigos da PETROBRAS.

Isso me lembra, Sr. Presidente, que muitos faziam incursões diárias, permanentes contra essa grande criação do povo brasileiro, que é a PETROBRAS.

Portanto, Srs. Deputados, sinto-me feliz de fazer uma retrospectiva e ver que aquela caminhada que fizemos lá atrás, meninos cheios de sonhos que queríamos somente cantar a nossa liberdade, chegarmos até os dias de hoje e vemos que valeu a luta. Lembro-me de um indivíduo chamado Walter Link, famoso, americano, que era o chefe daquela permanente afirmação de que aqui não havia petróleo nos nossos 8 milhões e 500 mil km<sup>2</sup>. Outro dia vejo o anúncio: “PETROBRAS está extraíndo 2 milhões de barris de petróleo por dia”. E nós que pichávamos os muros, que apanhamos da polícia por travarmos essa luta, hoje, não só hoje, todo tempo, temos todos os dias praticamente a afirmação de que estávamos no caminho certo, que batalhamos juntamente com muitos brasileiros para que tivéssemos hoje vocês presentes aqui, e nós, pelo menos aqueles que olham o Brasil livre, comemorando essa data festiva da REPAR e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

### ***Realização da Homenagem***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência lembra ainda que o Deputado Federal Fernando Gama e Souza, já falecido - Deputado

do Paraná, foi autor da lei que homenageou a nossa refinaria de Araucária com o nome do grande brasileiro Getúlio Vargas.

Solicito à 1ª Secretária, Sra. Deputada Cida Borghetti, que proceda a leitura dos termos da placa comemorativa em homenagem aos 30 anos de fundação da PETROBRAS Refinaria Getúlio Vargas.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**  
**(Lê termos da placa)**

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Convido a Deputada Rosane Ferreira para que, representando a Assembléia Legislativa, proceda a entrega da placa em homenagem à Refinaria Getúlio Vargas, representada nesta ocasião pelo Gerente Geral Adolfo Oderich.

**(Entrega da placa)**

### ***Deputado Elton Welter (PT)***

**O SR. ELTON WELTER**

Sr. Presidente, não poderia deixar de, também em nome do PT, fazer as nossas homenagens a todos os funcionários da PETROBRAS, aos 30 anos da PETROBRAS. Acho que o maior sentimento de orgulho da nação, foi quando a PETROBRAS produziu auto-suficiência em petróleo, isso foi muito grandioso, deu um sentimento de orgulho nacional muito forte. E naturalmente, aqui no estado, esses investimentos que estão sendo feitos e que serão feitos na ordem de R\$ 2,5 bilhões, conforme o Gerente, nos dá muita satisfação e muito orgulho.

Parabéns à PETROBRAS e nós, em nome da Bancada do PT, nos sentimos orgulhosos.

Parabéns a Deputada proponente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Deputado Welter, pelo anúncio do Presidente Lula dos investimentos no PAC, a nossa refinaria vai ter uma aplicação imensa de recursos e dobrará a sua capacidade.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

**O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente, Sr. João Adolfo Oderich e equipe que aqui está, em nome da Bancada do Partido Progressista, atendendo solicitação do Líder Duílio Genari, o Partido Progressista se associa a essa homenagem, a essa grande refinaria que, como bem destacou o Sr. João Adolfo, já é a oitava maior produtora de petróleo do nosso país. Que orgulho para todos nós, lembrar do gaúcho da pequena São Borja, no Rio Grande do Sul, que um dia foi com a sua tropa, amarrou seu cavalo na porta do

Palácio do Catete no Rio de Janeiro, porque disse que tinha havido fraude na eleição presidencial, assumiu o poder e foi o grande responsável para que esse petróleo, petróleo nosso, produzido aqui no Brasil, de fato fosse um patrimônio do povo brasileiro.

Nossa homenagem a Getúlio Vargas, ao nosso saudoso amigo e do Deputado Anibelli, já falecido, Deputado Fernando Gama, autor do nome Refinaria Getúlio Vargas e teve um outro colega nosso, falecido recentemente, Deputado Nelson Bufara e ele batalhou muito para que essa refinaria não fosse para Santa Catarina. Inicialmente havia uma tentativa de se levar para Santa Catarina esta Refinaria Getúlio Vargas. Imaginem o prejuízo social e econômico para o Paraná. Vejam a receita que tem Araucária e os municípios que participam dos royalties, o quanto a Refinaria Getúlio Vargas tem contribuído no desenvolvimento de Araucária e de toda região, fazendo circular dinheiro, gerando empregos.

Então, queremos homenagear os governantes que apoiaram a PETROBRAS, homenagear os funcionários e funcionárias da Refinaria Getúlio Vargas que já não estão mais no nosso convívio, funcionários que já se aposentaram ou que deixaram a empresa. Acima de tudo, a nossa homenagem, porque ali é uma equipe. A Deputada Rosane foi muito feliz em convocar esta homenagem. Pude ver pelo vídeo, a paixão, gente chorando de emoção por pertencer à família PETROBRAS, pertencer à Refinaria Getúlio Vargas. Eles têm aquilo como se fosse a sua própria família, como se fosse um patrimônio seu, pessoal, tamanho o orgulho, a felicidade que eles têm de contribuir na produção de petróleo e no desenvolvimento do Brasil. A todos que são verdadeiros gigantes, trabalhadores e trabalhadoras petroleiros e funcionários de todos os segmentos da Refinaria Getúlio Vargas, nossa grande homenagem. Inegavelmente, eles estão colaborando para que o Brasil seja auto-suficiente na produção de petróleo e o Brasil deixe de ser um país subdesenvolvido, mas seja um país rico com essas riquezas naturais que Deus lhe deu.

Parabéns a todos os integrantes da Refinaria Getúlio Vargas.

### ***Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)***

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de render as minhas homenagens, como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia, ao Sr. João Adolfo Oderich, também à Sra. Edimara Barbosa, Gerente de Comunicações da nossa REPAR, aos diretores aqui presentes e, principalmente, a nossa querida Rosane Ferreira, nossa Deputada e representante de Araucária e do nosso Paraná, por uma razão muito simples: a REPAR - Refinaria Getúlio Vargas, que nos últimos anos perseguiu metas quantitativas, como foi bem exposto aqui no vídeo, agora se debruça numa das questões mais cruciais do nosso

mundo, do nosso planeta, que é a busca de energias alternativas - não só na melhoria da qualidade do seu produto energético, tornando menos poluente e mais assimilável aos seres vivos do nosso planeta - mas principalmente buscando novas formas.

Isso para nós é um ganho extraordinário. De nada valeria insistirmos em um modelo onde a queima do combustível fóssil apenas corre-se atrás, quantitativamente, dos veículos postos no mercado, se não buscássemos alternativas que fossem econômica, social e ambientalmente viáveis.

Por isso, está de parabéns, mais uma vez, por esses 30 anos, por esse aniversário. Esperamos aqui na Assembléia Legislativa com grande ansiedade os resultados das pesquisas, dos investimentos, que são grandes feitos pela PETROBRAS, na refinaria, e seus resultados que, sem dúvida nenhuma, serão exitosos.

Mais uma vez Sr. João, parabéns, a todo o corpo diretivo da REPAR e também aos funcionários. Parabéns a nossa querida Deputada Rosane Ferreira, que além de tudo é a nossa Vice-Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

### ***Deputado Augustinho Zucchi (PDT)***

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não tinha a intenção de fazer uso da palavra, mas diante das falações que ouvimos aqui, especialmente do vídeo que assistimos, gostaria de parabenizar a Deputada Rosane por esta iniciativa de se fazer homenagem à REPAR. Mas falo aqui, em meu nome, em nome do Deputado Edgar Bueno, do Deputado Luiz Carlos Martins, do PDT, porque da última vez que o Brizola esteve aqui no Paraná, um pouco antes de falecer, durante uma conversa que tivemos no aeroporto, falamos bastante do Brasil, e ele comentava inclusive de uma figura que aparece no vídeo, que aliás é uma coisa que me chamou muito atenção, antigamente você assistia, Deputado Waldyr Pugliesi, homenagem a tudo, mas hoje uma das principais coisas importantes que aconteceram é que o tabu daquilo que existia da luta em favor das empresas nacionais, lideradas em certa época do nosso Brasil pelo hoje nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje aparece ele como já sendo um Líder daquela época do movimento sindical.

O Brizola dizia que na verdade o que sobrava no país, sobra a força daquilo que fez o Getúlio, que projetou o país para ter competência suficiente como têm as empresas que não são genuinamente brasileiras e que não preservam aquilo que de mais importante há no nosso país.

Acho que parabenizar é pouco, aos funcionários da PETROBRAS. Como disseram eles, aquele silêncio do Sr. Silva, ele emocionado não conseguia falar, aquele silêncio é próprio de um Brasil que nós não vemos. É próprio de um Brasil que muitas vezes não é honrado. É

próprio de tantos que no anonimato constroem essa pátria que nos orgulha.

Parabéns, a todos os funcionários da REPAR. Gostaria de, como pedetista, dizer o seguinte: o Brizola morreu pelo povo brasileiro. Ele sempre dizia isso. Ele preservava muito aquilo que de bom o povo brasileiro pode fazer. A PETROBRAS, parece-me que pode representar o trabalho, o coração, o tirocínio da gente brasileira.

Parabéns a todos aqueles que fazem parte da história da PETROBRAS, que como tantas outras empresas representam o que de melhor o povo brasileiro e seus governantes conscientes construíram ao longo de décadas.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Informo ao Deputado Zucchi, João Adolfo, que diz que o nome daquele cidadão, funcionário da refinaria, era o Silva, e ele traduziu o seu sentimento e o espírito nacionalista do povo brasileiro, que Getúlio Vargas e Brizola tanto mostraram a esta nação e tanto fizeram, para que tenhamos orgulho da PETROBRAS.

Pela ordem, concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Apenas para me somar às homenagens e dizer, rapidamente, aquilo que o Deputado Pugliesi colocou aqui, que um fato recente me chama muito a atenção - e eu nem iria usar da palavra - mas quando vi o Bira, no vídeo, que é uma das primeiras pessoas que aparecem, acho que é preciso que lembremos de um passado recente. O Bira, quando estava na presidência do sindicato, esteve à frente de uma greve de mais de 40 dias e que tinha por principal objetivo buscar a recomposição, mas principalmente evitar a quebra do monopólio também. E naquele momento, a PETROBRAS foi alvo de uma campanha extremamente dura por parte do Governo de então, que era o Governo de FHC, e que chegou a se dizer que os trabalhadores da PETROBRAS faziam um movimento para que não tivéssemos gás - provavelmente vocês lembram disso - que faltaria gás de cozinha, que faltaria gasolina, e tantas outras coisas, e que por isso a PETROBRAS deveria sair do monopólio público.

Hoje, acho que está provado que a PETROBRAS, como uma empresa pública, como uma empresa nacional, como uma das grandes estatais que temos, é de fato aquilo que de melhor temos no país. Lamentavelmente, tivemos a Vale do Rio Doce, como foi dito aqui, não vendida, mas doada, e felizmente, pela luta de companheiros e companheiras, petroleiros ou não, ainda temos a PETROBRAS e hoje fazemos esta homenagem.

Então, Sr. Presidente, eram estas as palavras que eu queria dizer, e em homenagem principalmente a tantos companheiros, mas ao Bira - conversei muito com o Bira

naquele período - ele chorou muito, como outros companheiros, mas felizmente hoje deve estar muito satisfeito por poder ver a PETROBRAS sendo homenageada, aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Convido a Deputada Luciana Rafagnin para que proceda a entrega de um ramallete de flores à Sra. Edimara Inês Barbosa, Gerente de Comunicação da REPAR.

(Aplausos)

(É feita a entrega de ramallete de flores)

### ***Deputado Elio Rusch (Democratas)***

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, nós também gostaríamos, em nosso nome e na ausência do Líder da Bancada da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, que se encontra em viagem à capital federal tratando de assuntos partidários, gostaríamos, em nome da Bancada da Oposição na Assembleia Legislativa, parabenizar a PETROBRAS. Todos nós sabemos o que representa a PETROBRAS no nosso Brasil. Eu assisti ao vídeo mostrado na tarde de hoje, bem como ouvi também as palavras do João Adolfo Oderich, digníssimo representante da PETROBRAS no estado do Paraná, e dizer que 12% que a PETROBRAS aqui do Paraná representa, do consumo nacional, são números fabulosos. E porque nós atingimos esse número, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Porque alguém, no passado, teve esta visão estratégica.

Fui falar com o Deputado Dobrandino, agora pouco, que quis o destino que a REPAR - Refinaria Presidente Getúlio Vargas, estabelecida no município de Araucária, no nosso estado, tivesse o início da sua obra em 1972, concluída 5 anos após, em 1977, e que representa, hoje, 12% do consumo nacional do petróleo. Quis o destino, Sr. Presidente, que 1 ano após o início da obra, aqui em Araucária, em 1973, se assinasse, aqui no Paraná, mas envolvendo 2 países - o Brasil e o Paraguai - construindo a maior hidrelétrica do mundo, que representa 20% do consumo nacional de energia elétrica. Então, a REPAR representa 12% do consumo total do combustível no Brasil e a Itaipu representa 20% do total da energia elétrica.

Por que podemos comemorar, hoje, orgulhosamente, quase a auto-suficiência do petróleo no Brasil? Queiram ou não queiram, alguém já disse: quem não tem passado não tem história. A PETROBRAS tem a sua história porque no passado, pessoas de cabelo branco, que assistimos no vídeo, emocionados, com toda certeza lembraram os primeiros dias dessa obra aqui em Araucária.

Quando usamos a palavra, neste momento, em uma Sessão Solene, não quero contestar ninguém, mas farei após a Sessão Solene algumas questões levantadas, não pela PETROBRAS, mas não é possível que queiramos apagar a história de quem construiu a PETROBRAS.

A PETROBRAS tem a sua história, mas quem construiu a PETROBRAS, não dá para apagar essa história, Srs. Deputados.

A PETROBRAS representa muito. Se nós somos hoje auto-suficientes, devemos exatamente para quem acreditou no Brasil e quem acreditou no Brasil foram nossos governantes, independente se da Direita, da Esquerda, neoliberal ou não.

Parabéns a PETROBRAS! Tenho certeza que todos nós, independente se do PT, PDT, Democratas, PSDB, temos um compromisso com o nosso país. Cada um na sua parte e se cada Governo fizer aquilo que estamos fazendo no nosso Brasil, num futuro não muito distante, alguém também poderá dizer: “graças aos Governos de 2007, 2000, 2010 que construíram o que somos hoje!”

Parabéns, Deputada Rosane, por essa iniciativa de trazer à Assembleia Legislativa uma das grandes empresas, o orgulho do Brasil. Pena que a PETROBRAS está sendo expulsa em alguns países do nosso continente.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar, em nome do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, do qual nós fazemos parte, toda a direção da PETROBRAS, da REPAR e também todos os funcionários aqui presentes.

No vídeo percebemos que uma grande empresa se faz com grandes profissionais, com grandes técnicos e com grandes funcionários de longos anos, pessoas que trabalham e se dedicam com amor àquilo que fazem. Então, fica aqui o nosso registro, em nome do PTB.

Alguém lembrou do passado e é bom lembrar do passado, Deputado Rusch. Ninguém precisa brigar pelo passado, mas precisamos lembrar que no passado alguém viu que lá na frente o Brasil precisaria chegar aonde chegou, hoje, e chegou graças à visão de um Líder que era do PTB e, por coincidência, também, era um gaúcho como nós: Getúlio Vargas, que não deve ser esquecido.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero fazer uma homenagem especial à PETROBRAS. Neste país de tantas corrupções, de escândalos, de tantas coisas erradas, eu, pelo menos, não tenho ouvido falar que a PETROBRAS esteja envolvida em algo que venha a desacreditar este país.

Fica esta homenagem à PETROBRAS. Enquanto outras instituições se envolvem em coisas erradas, a PETROBRAS dá um exemplo de que pode dar certo, cuidando das coisas do país com transparência. Isso deve ser a responsabilidade dos seus funcionários e o amor e carinho que vimos aqui neste vídeo exibido.

Parabéns à PETROBRAS por respeitar, com transparência, o povo brasileiro.

Muito obrigado!



O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Encerrado o Grande Expediente.

Esta presidência deseja expressar o seu agradecimento pela presença das autoridades, gerentes, funcionários da PETROBRAS - REPAR e demais presentes que compareceram honrando o Poder Legislativo paranaense. É uma Sessão que vai marcar história, pela inteligência dos Deputados, da palestra da Deputada Rosane, do nosso convidado Gerente-Geral João Oderich. E, dizer que esta Assembléia está de parabéns pela inteligência dos representantes do povo paranaense.

Suspendo a Sessão por 5 minutos para os cumprimentos aos companheiros da REPAR.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está reaberta a Sessão.

Passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, questão de ordem.

(**Assentimento**)

Quero apenas comunicar que está entre nós, aqui ao lado, a atleta curitibana do hipismo paranaense, campeã brasileira de hipismo, Anelise Wagner e sua mãe Sandra. E ela, caloura em Medicina. Meus parabéns Anelise! Seja bem-vinda!

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta Assembléia agradece a presença e nos sentimos muito honrados com as suas presenças nas galerias.

No horário da Liderança dos Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Eu disse na Sessão Solene quando a PETROBRAS foi homenageada hoje, com justiça, pela Deputada Rosane e por esta Casa por extensão, mas há algumas coisas, Presidente, que eu não posso concordar. Meu amigo e Deputado Waldyr Pugliesi, não é possível que devamos assistir, ouvir e permanecer calados. Não! Não posso! Para quem ouviu o pronunciamento, na Sessão Solene, do Deputado Waldyr Pugliesi e para quem não conhece a história da PETROBRAS, do Paraná e do Brasil, não posso aceitar que um Parlamentar use a tribuna e queira desfazer tudo o que foi feito no passado.

Ora, não é possível denegrir a imagem de Governos que tiveram visões estratégicas para o Brasil, sim! Não que nós defendemos ou queremos a volta do regime militar, da ditadura, nunca! E posso falar com a autoridade do meu partido: desculpem, Srs. Deputados, mas está na hora de dar um basta! Hoje Democrata, ontem

PFL. Nasceu de uma dissidência do PDS, porque não se concordava mais com o regime militar. Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. é um Deputado brilhante, sou seu admirador, sim, mas não posso aceitar calado, não. Os Democratas, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nasceram da dissidência porque não queriam mais o regime militar. Rompemos com o regime militar. Fez-se a Frente Liberal no Brasil, junto com o PMDB, rompe-se com o PDS. Deputado Waldyr Pugliesi, o senhor tem que aceitar, sim. E se não fosse dessa forma, Tancredo Neves não seria Presidente da República. A eleição do Tancredo Neves deve-se ao PFL, Deputado Waldyr Pugliesi. Eu não posso aceitar quando um Parlamentar quer desfazer tudo o que se fez. Não é possível! Houve violência? Houve. Houve censura? Houve. Houve tortura? Houve. Mas, nós não concordamos!

Deputado Waldyr Pugliesi, eu sou pós-revolução, eu não era político, não concordei. V. Exa. não pode acusar os Deputados como quis fazer aqui quando eu cumprimentei os Diretores da PETROBRAS. Sei muito bem o que o senhor disse e a quem o senhor se referiu. Não posso aceitar isso, com todo o respeito que tenho por V. Exa, não. Deputado Waldyr Pugliesi, vamos nos respeitar.

Ora, o Governo do passado, independente de quem quer que seja, seja Tancredo Neves que não assumiu, foi então o Presidente que foi indicado pela Frente Liberal, e não pelo Partido da Frente Liberal, e não era partido, e V. Exa. sabe muito bem, José Sarney. Veio o Collor. Veio o Fernando Henrique Cardoso. Está aqui o Lula. O Lula está errado em tudo? Não! Não está errado em tudo, não! Tem virtudes? Tem e nós temos que reconhecê-las. Agora, Deputado Waldyr Pugliesi, se a PETROBRAS está aqui no Paraná hoje, se deve, sim, aos Governos do passado, temos que reconhecer isso. Se a Itaipu, eu já disse uma vez aqui, e o Presidente da República, Srs. Deputados, quando veio inaugurar as duas últimas turbinas em Foz do Iguaçu, semana passada, o Presidente da República reconheceu que ele foi contra a construção da Itaipu. Nelson Friedrich, Diretor da Itaipu, foi contra a Itaipu, porque naquela época, Deputado Waldyr Pugliesi, tinha energia sobrando no Brasil, mas alguém acreditou no Brasil sim! E V. Exa. diz que os americanos falavam que aqui não tinha petróleo, mas foram os governos antes da ditadura, durante a ditadura e depois da ditadura que continuaram investindo na PETROBRAS! Se hoje o Presidente da República pode falar, em alto e bom som, dizer que a PETROBRAS é quase auto-suficiente, é porque alguém construiu a PETROBRAS!

Denegrir os governos passados, em todos, é ser injusto com a administração pública. Não é possível que tenhamos que aceitar isso calados! Não posso aceitar isso! Falar do neoliberal, do capital estrangeiro, sei lá o que, falar da Esquerda, meus Deputados, será que a Esquerda que eles defendem tanto é isso que eles defendem na Venezuela? Lá, ontem, foi fechada a televisão que era privada, foi fechada pelo Governo venezuelano,

pelo Hugo Chávez e a partir da meia-noite de ontem transmite-se, única e exclusivamente, as notícias da televisão oficial. Será que é isso que defende a Esquerda? Defender a Esquerda é tirar a PETROBRAS da Bolívia que nós, os brasileiros, construímos e que são amiguinhos do nosso Presidente da República, são amiguinhos do nosso Governador? Isso é ser Esquerda, é isso defender a sua autonomia? É isso que queremos? Devemos, sim, fortalecer a nossa economia, como muito bem disse o Deputado Waldyr Pugliesi. Vamos defendê-la, sim, mas com justiça, com liberdade e, acima de tudo, com soberania para o nosso país.

Cedo o aparte, prazerosamente, ao Deputado Ney Leprevost.

#### O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Quero apenas me solidarizar com V. Exa. e realmente ressaltar a importância do ex-Presidente Geisel, nesse processo, já que foi ele o responsável pela criação e inauguração da REPAR, no Paraná. Quero pedir ao Deputado Waldyr Pugliesi que saude o General Geisel por essa atitude.

Também, neste momento, pedir ao Deputado Waldyr Pugliesi que repudie a atitude do Hugo Chávez, na Venezuela, que para mim esse é um tirano, um mau exemplo para o mundo, um mau caráter!

Obrigado!

#### O Sr. Plauto Miró (Democratas) (Aparte)

Deputado, ouço com atenção o seu pronunciamento, como de outros Deputados aqui neste Plenário. É natural, uns defendem uma linha ideológica, um defende um lado, outro defende outro, um acredita numa coisa, outro acredita noutra coisa, mas nós não podemos aqui ouvir pronunciamento como periodicamente vem acontecendo, tentando sempre olhar para o passado, denegrir as ações dos Governos do passado. A somatória de todos é o Governo, no momento é um grupo que está no Poder, noutro momento é outro. Lá no passado, vimos o período do regime militar que teve a sua parte positiva e a sua parte negativa. Depois disso, outros governos vieram, veio o Governo do Fernando Collor de Mello, depois do Itamar Franco, do Fernando Henrique Cardoso e agora o Governo da Esquerda! Estão governando o nosso país, conseguiram a reeleição. Só quero deixar aqui bem claro, todos têm o seu lado positivo e o seu lado negativo, estamos vendo e a população brasileira pode, no momento do voto, escolher a continuidade daqueles que aí estão ou não.

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, principalmente para acordar que muitos tentam não lembrar do passado e dizer: coisas boas aconteceram em todos os Governos. E agora, no Governo deles, que falam da Esquerda, é um Governo que os brasileiros estão vendo e vão poder, no momento das eleições, decidir se é isso que é bom ou o passado que era bom e assim por diante. Isto é a política, isto é a democracia!

Agora, governar, Deputado Elio Rusch e demais Deputados, vai ter que governar olhando para frente e não só governar pelo retrovisor, olhando o passado.

Obrigado.

#### O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Concluo, Sr. Presidente.

Dizer só ao Deputado Waldyr Pugliesi, nada contra V. Exa., respeito V. Exa. e nunca usei palavras para ofendê-lo. Respeito todos os Deputados na Assembléia Legislativa, como respeito todos os Governadores, porque se alguém chegou no mandato ou no cargo que ocupa hoje pelo voto popular, tem que ser respeitado, independente se é da Esquerda, da Direita, do centro. Nem eu sei o que eu sou. O que eu sei é que sou direito, tenho coerência, reconheço quando as coisas são boas, mas também não posso aceitá-las quando são diferentes. Só para dizer o seguinte: não concordo, em absoluto, como democratas que somos, com aquilo que está acontecendo na Venezuela, na Bolívia, no Equador, em tantos países mais aqui da América do Sul e todos coordenados pelo seu grande Líder, o pai daqueles que são da Esquerda, que é o Presidente de Cuba, Fidel Castro. Liberdade de expressão não pode ser tirada de ninguém, mas o reconhecimento das pessoas é mérito que deve ao menos estar no íntimo de cada pessoa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

No horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Veneri.

### *Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri*

#### O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de fazer algumas considerações hoje, aqui na tribuna. Mas antes, apenas para fazer uma reflexão, que acho que podemos fazer de uma forma bastante tranquila no dia de amanhã, porque o que acontece na Venezuela, na Bolívia, no Equador, no Peru, Uruguai, Argentina, Chile, em todos os países, acho que podemos discutir, devemos discutir, agora, não entendo exatamente onde algumas pessoas querem chegar quando ficam tão indignadas com o que acontece nesses países e há alguns anos atrás, não são 20 anos, 15 anos, 10 anos, acho que o Deputado Plauto, aqui, bem lembrou: “não podemos ficar com os olhos no retrovisor”, mas não se trata de tanto tempo atrás, há poucos anos atrás, 4 anos atrás, 5 anos atrás, 3 anos atrás, houve uma tentativa de golpe na Venezuela, um golpe contra as instituições e contra o Presidente legitimamente eleito. E essa tentativa de golpe, que durou 48 horas e que só não continuou porque o apoio popular não permitiu, foi incentivada e inclusive há vídeos feitos por cinegrafistas canadenses, ou seja, não tem absolutamente nada com os setores da Esquerda ou

da Direita, eram jornalistas que estavam naquele momento e aqueles que assistirem esses vídeos vão ver o incentivo que foi feito durante todo esse tempo pela emissora de TV que está sendo não cassada, mas não renovada a possibilidade de explorar aquilo que é público.

Ou seja, o que acontece na Venezuela, hoje, não deveria causar tanta comoção, porque é a renovação ou não de um serviço público. O que já aconteceu outras vezes e aí amanhã pretendo fazer esse debate aqui, porque o que acontece na Bolívia é que um país extremamente pobre tenta buscar, recuperar de alguma forma aquilo que lhe foi negado durante séculos, aquilo que é a sua cidadania e auto-determinação. O que acontece no Equador e outros países, só para que não nos esqueçamos, todos esses países, sem exceção, concordemos ou não, têm seus Governos legitimamente eleitos pela sua população, mas nós queremos o quê? Que quando não ganham as eleições, aqueles com os quais nós concordamos, haja um golpe, como sempre foi a prática na América Latina. Não é possível! Quando Chávez ganhou as eleições e depois foi reconduzido, em nenhum momento ele falou que não faria aquilo que ele chama de socialismo do século XXI.

Concedo aparte ao Deputado Elton Welter.

#### O Sr. Elton Welter (PT)

Obrigado.

Tentam colocar aqui no Brasil que o Chávez quer impor uma certa censura na Venezuela. Lá, 90% das Televisões são privadas e essa concessão tem apenas 10% desse espaço. Então, venceu o contrato e o Chávez tem tido o reconhecimento no mundo todo de que a sua decisão é acertada. Exatamente essa concepção pública, ele não quer renovar o contrato, mas está liberado para a mesma Televisão usar a questão via satélite e TV a cabo. Está autorizado. Então, veja só, é uma concepção do Hugo Chávez, que tem a minha solidariedade.

#### O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado.

Acho importante que façamos esse debate. Importante e bom, porque é assim que podemos crescer, sermos convencidos ou convencer aqueles que têm opinião diversa e eu acho que é assim que vamos melhorando a nossa concepção de mundo e a de sociedade.

É em cima disso que eu gostaria de fazer algumas considerações a respeito de algumas ações que estão ocorrendo no Brasil nesses últimos dias e que a Polícia Federal, numa operação que tem tido uma cobertura bastante ampla de todos os meios de comunicação, uma operação chamada Navalha da Carne, tem sido uma operação que faz com que o Congresso desencadeie um debate que me parece absolutamente desnecessário do ponto de vista formal, se já tivéssemos tomado algumas iniciativas.

O que é o problema da corrupção no Brasil? Um problema endêmico. Não é só do Brasil, não é só da América Latina, é um problema que alguns outros países,

no pós-guerra, tiveram na mesma proporção ou em proporções maiores, mas que souberam refletir sobre ele e combatê-lo com algumas medidas muito duras, mas necessárias. Uma delas, eu ouvindo há 1 ano atrás um Promotor do Ministério Público italiano, que fez parte da Operação Mãos Limpas, dizia num seminário promovido justamente sobre combate à corrupção, que a Itália conseguiu debelar, em parte, o problema da corrupção, por prender e punir. Prender e punir. Não basta prender. É preciso prender e punir, porque sempre as pessoas de menor poder aquisitivo no nosso país foram presas, independente de terem e ou não culpa, foram presas. Eu lembro que no dia 27 completam 5 meses que estamos com 2 jovens de 17, 18 anos, presos e até hoje não foram ouvidos pelo Juiz. É um assunto que já trouxemos a esta tribuna, entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Congresso Nacional visa fazer um debate a respeito da reforma política, porque diversos Deputados estão envolvidos ou podem estar envolvidos, inclusive o Presidente do meu partido pode estar envolvido, inclusive o Senador Renan Calheiros pode estar envolvido. É o que especulam algumas revistas e alguns jornais. Falam em fazer uma série de ações, mas eu gostaria de fazer algumas perguntas.

Por que não começar a discutir - e isso está sendo feito pelo Presidente Chinaglia - o fim das emendas individuais, das emendas coletivas que têm sido fonte de corrupção, sim? Por que não discutir o orçamento? Por que não discutir o voto aberto no Congresso, para as cassações e para os vetos? Por que não discutir que o crime de corrupção tem que ser imprescritível, inafiançável? Por que não discutir - se é para ser feita uma discussão séria - uma lei que coíba o nepotismo? Por que não discutir a redução drástica dos 500 mil cargos de livre provimento que temos no Brasil, que são a principal fonte de corrupção no nosso país, onde o governante, no primeiro dia, já tem uma lista de centenas ou de milhares de pessoas que foram os seus cabos eleitorais e que têm que ser colocados, independente de qualificação técnica, têm que ser colocados dentro da máquina do Governo? Por que não discutir que empresas comprovadamente envolvidas em corrupção ou em processo de corrupção, ficam banidas do cadastro de poder negociar com o serviço público?

Se não fizermos esse debate, vamos viver mais uma sessão de pirotecnia. Vamos ter, provavelmente, mais uma CPI, vamos ter mais uma centena de nomes envolvidos e, depois, vamos ter mais uma centena de nomes absolvidos.

Srs. Deputados, acho que esse é um debate que podemos fazer aqui, e não é só em Brasília, porque o problema não está só em Brasília, está, sim, no universo federal, estadual e municipal e, também, no Judiciário, no Legislativo e no Executivo.

Acho que é preciso que façamos esse debate com mais seriedade, se de fato queremos alguma solução.

Concedo o aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Primeiro parabenizar pelo pronunciamento. Realmente o senhor tocou em assuntos importantes e que de anos nós ouvimos que o Governo poderia tomar essa providência. Agora, como V. Exa. também por ser integrante do Partido dos Trabalhadores, pode, tendo mais força, colocar diretamente ao Presidente, que já foi reeleito, poderia fazer todas essas mudanças, ele que tem a maioria no Congresso, para que pudesse melhorar o nosso país.

Acho, particularmente, que está na mão do Presidente fazer essas mudanças.

Por último, o senhor falou do nepotismo. O nepotismo, V. Exa. inclusive tem um projeto para tramitar nesta Casa. Gostaria que o senhor pudesse me responder em que pé está esse projeto, porque até já assinei com V. Exa. para que o senhor possa dar essa referência, esse exemplo para o país, com relação ao nepotismo.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Aviso ao orador que o seu tempo está encerrado. V. Exa. tem 30 segundos para concluir.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Sr. Presidente, apenas para responder, acho que temos que continuar com esse debate, porque ele vai ficar obviamente interrompido por não poder responder aquilo que penso, porque acho que não está só nas mãos do Presidente. Aliás, o que está nas mãos do Presidente é permitir, como nunca foi feito com tanta evidência, que a Polícia Federal continue investigando. Acho que há outras coisas.

O projeto nepotismo, temos um número de assinaturas que não é suficiente ainda para que possamos apresentá-lo, e quando tivermos vamos apresentá-lo.

Gostaria apenas, Sr. Presidente, com a sua benevolência, dar 10 segundos, para que o Deputado Dobrandino possa fazer uso e concluir o meu pronunciamento.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)**

V. Exa. se referiu às mudanças que são necessárias, e uma delas às emendas parlamentares.

Temos conhecimento, Deputado Tadeu, lá na minha região tem Deputado que faz as emendas em Brasília e põe uma pessoa lá da confiança deles, da região, a vender para as prefeituras que dêem mais comissão.

Quer dizer, é uma imoralidade, uma irresponsabilidade e aí que estão os sanguessugas das ambulâncias, que custa cem e pagam duzentos. Tem que realmente mudar o foco da corrupção em Brasília, principalmente está nas emendas parlamentares.

Tenho conhecimento, tem prefeitos que acabaram sendo cassados, estavam pagando 30% de comissão para Deputados através das emendas.

Muito obrigado.

**O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)**

Quero apenas abordar esse assunto da televisão na Venezuela. Dizer que a opinião da maioria da Casa, infelizmente, não é a opinião do Tadeu Veneri, do Elton Welter que prevalecem aqui. É um absurdo aquilo que aconteceu na Venezuela. Felizmente, esta Casa também deu o título de *persona non grata*, ao Hugo Chávez.

Admira-me para quem era contra a ditadura. Eu não tinha nem nascido em 1964, quando houve o golpe. Hoje, defender uma posição como esta.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Não há questão de ordem a ser respondida. No horário das lideranças, ainda pelo Partido Progressista, Deputado Antonio Belinati.

**O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)**

Quero comunicar ao Deputado Stephanes que foi essa mesma televisão de concessão pública que patrocinou o golpe de estado, em 2002, contra Hugo Chávez. A concessão era pública, é decisão daquele Governo. Naquele estado, das 709 rádios, 706 pertencem às empresas privadas e apenas 3 à entidades estatais. Os 81 canais de televisão, 2 são estatais e 79 são privados e dos 118 jornais, dos quais 12 são de caráter nacional e 106 regionais, todos são privados.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Da mesma forma não há questão de ordem a ser respondida.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)**

Presidente, concordo plenamente com V. Exa., não há questão de ordem para ser respondida. Mas, só para deixar um registro: o Deputado Elton Welter conhece bem a história da Venezuela!

***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

**O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente Antonio Anibelli, colega Deputada Cida Borghetti, Deputado Artagão, Sras. e Srs. Deputados.

Para o pessoal que serve cafezinho e água para os Deputados, chegou uniforme novo. Agora, só falta chegar o salário novo para todo os funcionários da Assembléia. V. Exa., da direção da Casa, poderia dar uma mão no sentido de ajudar a viabilizar logo esse aumento.

Sr. Presidente, com respeito ao fechamento do canal da RCTV, da Venezuela, estamos entrando com requerimento, não é para pedir para o Itamaraty, não é para mandar nada para Hugo Chávez - ele não vai nem ler - mas, é para ficar nos Anais da Casa, se aprovado, um voto de repúdio ao Presidente Hugo Chávez, que fechou um canal de televisão. Hugo Chávez mostrou que é con-

tra a liberdade de imprensa, é contra o direito de se expressar livremente, dos cidadãos. O noticiário mundial mostrou que Hugo Chávez fechou esse canal de televisão porque esse canal criticava o Governo dele.

Isto é um absurdo! O Hugo Chávez está querendo fazer escola na América do Sul. Eu não duvido nada de que o pensamento dele é ser um ditador e comandar toda a América do Sul, ser um Presidente por região. Se puder, amanhã ele vem até fechar televisão e jornal aqui no Brasil também. Não tenho dúvidas. A impressão que passa é que o Hugo Chávez não se contenta mais em ser apenas o ditador da Venezuela. Acho que a história vai mostrar. Então, Sr. Presidente, se aprovado, estamos pedindo um voto de repúdio por isto tudo.

Hoje é contra o ato do Hugo Chávez. Se amanhã ou depois outra autoridade tomar idêntica medida, teremos idêntico procedimento ao requerer aos nobres Pares este voto de repúdio.

O Deputado Ney Leprevost tinha me pedido para eu lhe dar um aparte, mas ele está dando uma entrevista. E outro tema, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dia 25 último comemorou-se o Dia da Adoção. Quando vemos um cenário triste, tanta criança jogada na rua, crianças já usando crack, maconha, cocaína, e quando vemos a falta de mais orfanatos em nosso Brasil, quando vemos famílias que não podem gerar um filho, muitas vezes o homem - machão, pelo seu machismo - quando um casal não pode gerar um filho, ele joga a culpa na mulher. Não é todo homem que se sujeita a fazer o exame para ver se o problema é dele ou da mulher, e muitas vezes é o homem que não pode engravidar a mulher. Mas, não importa. A verdade é que há muitos casais que rezam, oram, fazem tratamento no sentido de gerar um filho e não conseguem. E partem para a tentativa de adotar uma criança, que está no orfanato. Uma criança que não teve nem a bênção de conseguir um lugar no orfanato.

Verificando o que está se passando no Brasil - pasme, Sr. Presidente - está levando em média 3 anos e 7 meses para se dar entrada na papelada para conseguir adotar uma criança. Quase 4 anos. Em média, 3 anos e 7 meses, se tudo correr bem. Outro dia, ouvi na Voz do Brasil um Deputado dizendo que faz 8 anos que ele está atrás dos documentos e não consegue adotar uma criança. Um Deputado Federal, Sr. Presidente!

Um outro dado que vi a respeito deste 25 de maio, Dia da Adoção, que lamentavelmente a criança negra ainda é menos adotada, que os meninos são menos adotados, que as famílias preferem adotar meninas. Outro dado que encheu nosso coração de emoção é o de que nos lares onde a criança é adotiva tem menos encrenca, tem menos atrito entre o pai adotivo e a criança que foi adotada. Por quê? Um levantamento, um estudo chegou à conclusão de que o fato de a família, espontaneamente, por livre vontade, entrar na fila, ir atrás de Juiz, ir atrás de Juíza e enfrentar a burocracia para conseguir tirar do orfanato e adotar uma criança, isso expressa um verdadeiro ato de amor da família que está adotando a criança, daí a maior

facilidade de uma melhor convivência no lar entre pai, mãe e a criança que foi adotada.

Estamos encaminhando ao Plenário, para apreciação, um requerimento que se aprovado será dirigido a uma mulher das mais brilhantes da vida pública brasileira, a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, portanto, a maior autoridade do Poder Judiciário no Brasil, encarecendo-a da necessidade de desburocratizar, tornar mais fácil a adoção de crianças.

É triste, Sr. Presidente, ligarmos os canais de TV, as rádios, abrir os jornais e, quase que diariamente, tomarmos conhecimento das milhares ou milhões de crianças que não tem um pai, não tem uma mãe, não tem um lar decente, crianças que chegam a passar fome. São poucos os orfanatos e, ultimamente, parece que muitas pessoas endureceram o coração e não têm mais contribuído para a construção de obras tão importantes, que são os orfanatos para abrigar essas crianças que ainda não conseguiram um teto, um lar, uma família que queira dar a elas o amor, o carinho.

Por isso, Sr. Presidente, aproveitando este mês de maio, aproveitando estes dias em que se celebra o Dia da adoção, temos que encarecer, na mais alta corte da Justiça do Brasil, maior facilidade para quem tem amor no coração, para quem tem condições, tem Deus no coração, quem tem vontade.

Não é só o casal que não tem filhos, não. Têm casais que têm 4, 5, 6 filhos biológicos e mesmo assim estão batendo à porta da Justiça e dos orfanatos com a vontade de adotar uma criança que não tem família, que não tem um lar. Daí, Sr. Presidente, acredito, conhecendo a Ministra Ellen Gracie - que é da nossa região, aqui do sul do país, que no Tribunal Federal deu tanto apoio no crescimento da Justiça Federal, inclusive aqui do Paraná - acreditando nessa mulher sábia, nessa mulher sensível que é a nossa Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, que tomamos a liberdade de encarecer: vamos acabar com essa burocracia. Oito anos, 6 anos, 10 anos esperando para adotar uma criança é tempo demais.

#### **O Sr. Edgar Bueno (PDT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Sr. Deputado, o senhor traz um assunto interessante e de importante reflexão. Primeiro, temos que convocar a sociedade, a nação, pais, mães e principalmente as autoridades para não deixar acontecer essa barbaridade no nosso país. Falta de educação e falta de oportunidade levam as crianças para a rua, para os orfanatos e aí sim essa barbaridade, essa lamentável situação.

Se tivéssemos um país equilibrado e socialmente justo não precisaríamos falar desse assunto. É necessário, sim, agilizar. É necessária uma reflexão forte. Nós sabemos das preferências daqueles que querem adotar, mas, muitas famílias têm dado bons exemplos. E lá no município de Cascavel tem um Juiz chamado Sergio Krots, que

é um exemplo para o Brasil. O trabalho que ele tem feito, nós deveríamos trazê-lo à Assembléia para fazer uma palestra, para contar a história das adoções.

Parabéns, Deputado Belinati, por trazer esse assunto tão sério para a Assembléia Legislativa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Agradeço ao nobre e brilhante Deputado Edgar Bueno e espero que V. Exa. formalize um requerimento convidando o Dr. Juiz de Cascavel, porque é sempre interessante. Se acabarmos essa burocracia, facilitarmos às famílias que estão imbuídas de amor no coração para adotar uma criança, vamos ter um Brasil com equilíbrio social muito maior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Horário das Lideranças ainda: Bloco PSB/PL/PRB/PV.

(Declina)

Bloco PPS/PMN.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, não vou utilizar a tribuna, é apenas um comentário, mas utilizando o horário do PPS, também gostaria de manifestar o meu repúdio com o que aconteceu na Venezuela. E, agora, pude perceber porque o nosso Governador tem tanto apreço pelo Presidente Hugo Chávez e segue mais ou menos a mesma cartilha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado, se V. Exa. vai fazer o uso da palavra, ou venha na tribuna dentro do horário do seu partido, ou no microfone de aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

O senhor não chamou no Horário das Lideranças, a Liderança do Governo que aliás será utilizada pelo Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Não chamei porque não entramos no horário da Oposição, nem do horário do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. tinha encerrado o Horário das Lideranças. Desculpe-me, Exa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

O Horário das Lideranças Partidárias.

Deputado Marcelo Rangel no horário do Bloco PPS/PMN.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Só gostaria de parabenizar, então, o Deputado Belinati pelo seu pronunciamento e dizer que, infelizmente no Estado do Paraná acontece algo semelhante com o que aconteceu lá na Venezuela. Só que de maneira dissimulada. O Governo do Estado do Paraná, através da sua Secretaria da Comunicação, também privilegia alguns órgãos de comunicação com alguns milhões, milhares de reais, somente aqueles órgãos que participam e seguem à risca a cartilha do Governo, que se intitula de Esquerda e gasta o dinheiro do povo em outdoors para criticar órgãos de comunicação, jornal como a Gazeta do Povo, do Paraná, xingando de mentirosa, utilizando o dinheiro do povo do estado do Paraná. O que o Governo do Estado fez é, na verdade, o que o Hugo Chávez acabou fazendo no dia de hoje.

Era isso o que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo, Deputado Waldyr Pugliesi.

### ***Liderança do Governo: Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Olha, costume ser muito aberto e franco nas minhas opiniões. Por exemplo, é interessante que muitos Deputados, Deputado Elio Rusch, preocupam-se em fazer todos os dias a defesa dos órgãos de comunicação. Isso deve ficar implícito nas nossas atividades. Agora, vejam bem! Os próprios órgãos de imprensa, muitos deles, criaram a figura do ombudsman, e por quê? Para que os próprios meios de comunicação fizessem uma autocrítica, fizessem por dentro.

Sr. Presidente e Deputado Romanelli, uso o horário da Liderança do Governo. O Governo está sendo atacado aqui todos os dias como ditatorial, como alguém que está fazendo com que a imprensa não tenha a liberdade para atuar. Não é bem assim! Se o Governo do Estado critica determinados órgãos de comunicação e damos toda a importância aos jornais, às rádios e às televisões, podem esses órgãos de comunicação fazer como fazem, também, a crítica do Governo e inclusive nessa atuação que eles têm em relação aos órgãos todos de imprensa que estão aí.

Então, todos os dias é a mesma cantilena: que o Requião está fazendo a mesma coisa que o Hugo Chávez. Olha, o Hugo Chávez disputou muitas eleições e venceu todas, agora, essa televisão de lá, segundo publicam a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, a Gazeta do Povo, o Estado do Paraná, todos os órgãos daqui dando continuidade àquilo que se afiança, esse canal de televisão entrou em uma empreitada golpista comandada pelos Estados Unidos para derrubar o governante, que foi eleito

pelos votos dos venezuelanos. E aqui muitos se esqueceram, e agora mesmo o Elio Rusch citou o Presidente Geisel. Olha, sempre defendi o Presidente Geisel quando ele fez a abertura ampla, geral e irrestrita para colocar um ponto final no regime discricionário. E outra coisa, Deputado Elio Rusch, fui daqueles que me coloquei contra a posição de alguns companheiros do partido, que se colocaram contra a construção da usina de Itaipu e aqui mesmo nesta Casa e V. Exa. citou alguns, como o Kirinus e o Nelton, que são pessoas pelas quais tenho muito respeito, mas eles repercutiam aqui as preocupações dos lavradores que existiam naquela área, que teriam terras alagadas. Inclusive, Deputado, permita-me: qual era a sua posição na época? V. Exa. é da região. Será que V. Exa. também não engrossava aquelas reclamações, todas elas cheias de angústias que os lavradores faziam contra a construção de Itaipu?

#### **O Sr. Elio Rusch (Democratas)**

V. Exa. concede-me um aparte?

#### **O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)**

Logo em seguida, Deputado.

Sr. Presidente, gostaria de voltar a uma questão aqui. Olha, este país precisa de uma reforma político-partidária, imediatamente. Não é possível, Sr. Presidente, que tenhamos dentro de uma agremiação partidária, posições que vão desde a extrema Esquerda à mais absoluta e pinochetista posição de extrema Direita. Não é possível!

Olha, se você tem uma posição ideológica, ela tem que ser coerente. O que eu estava dizendo aqui e repito: trava-se dentro da sociedade uma luta entre aqueles que querem privatizar tudo e aqueles que querem a presença do Estado em empresas estratégicas como a PETROBRAS.

Logicamente que se colocar hoje em votação no Congresso Nacional ou nesta Casa, se fosse possível isso: vocês querem ou não vender a PETROBRAS? Vocês querem ou não colocar a PETROBRAS nas mãos de meia dúzia de engratados, sonegadores de impostos e concentradores de renda e de propriedades? Sr. Presidente, eu sei que muitos aqui votariam a favor da privatização da PETROBRAS, da privatização total da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. E quando eu falo de exemplos do passado, mirando lá na frente, no futuro, porque já cansei de falar, Deputado Elio Rusch, tenho saudades do futuro. O Geisel, por exemplo, ou a ditadura militar, eles foram obrigados a colocar aqui a Refinaria REPAR da PETROBRAS, porque nós todos, nós todos, não, nós brasileiros de todos os cantos do país, nos organizamos, nos mobilizamos para fazer a campanha “O Petróleo é Nosso”, pela criação da PETROBRAS. E aí, o que acontece? As pessoas, lá na frente, não têm como, Presidente Augustinho Zucchi, eu conheço a sua luta, que é muito parecida com a minha, travei-a antes e ao mesmo tempo que V. Exa., e me arrependo só pelo esquecimento de não ter falado aqui do Getúlio Vargas e do Leonel Bri-

zola, que foram patriotas, foram legítimos líderes do povo brasileiro e que fizeram com que este país ainda não estivesse na época que eles nos deixaram, praticamente, nas mãos dos interesses mais particulares do capitalismo internacional.

Então, é essa a luta que se trava aqui. Eu, por exemplo, Deputado Waldyr Pugliesi, quero a presença do Governo. Governo é para governar, não é para tirar o corpo fora. Eu sei que aqui, se colocarmos um projeto de lei para vendermos a SANEPAR e a COPEL, tenho a certeza que vamos travar uma batalha muito grande, porque muitos são favoráveis a que se coloque a SANEPAR ou a COPEL nas mãos de particulares que olharam como objetivo somente a concepção do lucro e não a do interesse público. É essa a posição do Governo, nós queremos governar.

Agora, Deputado Elio Rusch, V. Exas. estiveram no Governo e governaram, segundo os cânones de V. Exas. decidiram que deveriam ser aplicados aqui na terra paranaense. Agora, Governo somos nós. Então, temos uma linha: o que compete à Oposição? Se organizar, ter respeitabilidade cada vez maior, ganhar as eleições. Aí, se quiserem, espatifem com tudo, acabem com a SANEPAR, com a COPEL, com a PETROBRAS, e façam a defesa daqueles que humilharam, viu Deputado Stephanes, o povo venezuelano durante toda a história daquele povo. Agora, sim, o Governo lá saiu das urnas e está aplicando a política que o povo queria que o Presidente da República da Venezuela aplicasse. E assim se faz na Bolívia.

Eu agora há pouco, falando da REPAR, da PETROBRAS, falei o quê? Que eu pichei muro, que eu escrevi “O Petróleo é Nosso”, criamos a PETROBRAS. Agora, eu como Deputado vou negar esse direito, se eu pudesse, para o Evo Morales? O petróleo e o gás são dos bolivianos, não são dos brasileiros. E compete a eles colocarem a chancela daquilo que é o mais legítimo interesse boliviano, mesmo que o interesse boliviano se choque com o interesse de nós, brasileiros. É essa a batalha que estamos travando: de um lado, aqueles que querem que o poder público esteja presente em empresas estratégicas, e aqueles que querem rifar, como rifaram a Vale do Rio Doce há pouco tempo, colocando uma das empresas com maior possibilidade de lucro, de atuação em todo mundo, nas mãos de quem? De meia dúzia que usa o dinheiro para alcançar os seus próprios objetivos. Eu pauto a minha atividade na busca do interesse público e continuarei sempre defendendo aquilo que eu julgar do interesse público.

Muito obrigado.

### ***Ordem do Dia:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício GAB. 109/07, subscrito pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 23 e 25 de maio de 2007, por estar nessas datas com o Sr. Presidente da República em Foz do Iguaçu e na II Conferência Regional de Políticas Públicas para Mulheres, em Francisco Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 117/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias de hoje (23/05/07) e amanhã (24/05/07), por estar em suas bases eleitorais no noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/nº subscrito pela Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 253/07, protocolado nesta Casa sob nº 3185/07. **Aprovado. À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.**

Indicação nº 132/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a gratificação de função para os Documentadores Escolares, da Rede Estadual de Ensino. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 133/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo a viabilização junto à Secretaria dos Transportes da construção de uma ciclovia ou um acostamento no trecho compreendido entre o Hotel Termas de Jurema - BR-487. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 134/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo a viabilização junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, o envio de 2 policiais para o Distrito de Águas de Jurema, no município de Iretama/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 135/07, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente, propondo a inclusão de verba, na Lei Orçamentária Anual de 2008, para a construção de trevo na rodovia PR-182, em trecho entre os municípios de Palotina e Toledo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 136/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo a construção de Colégio Estadual para atender os moradores do Tatuquara, em Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 137/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo que o Governo do Estado viabilize equipamentos para o Hospital Universitário Regional de Maringá - HUM. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 138/07, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente, sugerindo ao Governo do Estado instituir programa estadual para a

equivalência-produto em leite. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Marcelo Rangel e Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1455, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, solicitando autorização para representar esta Casa de Leis nos dias 31 de maio e 01, 02 e 03 de junho de 2007, em visita aos municípios de Tuneiras do Oeste e Umuarama, para verificar problemas de interesse comum dos nobres Pares. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 162/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que institui a Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho - SEMESS (Prevenção de acidentes e doenças do trabalho). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 162/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho.

Art. 2º A Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho será realizada na terceira semana do mês de setembro de todos os anos vindouros, de acordo com o Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação de Leis do Trabalho.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.05.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

NEY LEPREVOST - Relator



**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 184/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que cria o Conselho Estadual de Combate aos Crimes pela Internet. **Aprovado. (Publ. no DA n° 018/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 204/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Amigos do CAP, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N° 204/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Associação Maringaense de Amigos do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual - AMACAP, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.05.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
NEY LEPREVOST - Relator

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 213/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a inclusão dos municípios de Palmas, Clevelândia Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha, na região sudoeste do estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA n° 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 297/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública o Grupo Liberdade Direitos Humanos da Mulher Prostituída, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA n° 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei).**

**ITEM 06**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 303/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Chama Viva do Tatuquara - AMCVT, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA n° 035/07, de 25/04/07, em Projetos de Lei).**

**ITEM 07**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 306/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de uti-

lidade pública o Instituto de Assistência Social e Saúde São José, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA n° 037/07, de 30/04/07, em Projetos de Lei).**

**2ª Discussão****ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 305/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Santa Casa de Misericórdia Maria Santíssima, com sede e foro no município de São Pedro do Ivaí/PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 313/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Pobres e Carentes de Braganey, com sede e foro em Braganey. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 335/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de utilidade pública o Educandário Mater Consolatrix, com sede e foro no município de Ivaiporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 342/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Água Nova e Adjacências - APRAN, com sede e foro no município de Paranavaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão****ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 101/07, de autoria do Deputado Nelson Justus e Plauto Miró, que altera dispositivos da Lei n° 15352, de 22 de dezembro de 2006 e da Lei n° 15467, de 09 de fevereiro de 2007 (ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA n° 009/07, de 12/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 101/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei que se analisa busca adotar certas providências em relação ao ICMS, substancialmente sobre homologação de procedimentos adotados pelos contribuintes.

O parecer inicial já era favorável, sendo o mesmo entendimento utilizado para aprovar a emenda substitutiva geral apresentada pelo autor.

#### **Legitimidade e Constitucionalidade**

Assim, veja-se:

Como início, deve ser constatada a legitimidade para iniciar o processo legislativo neste caso. O objeto do projeto é direito tributário. Em sendo assim, consulte-se o artigo 24 da Constituição Federal, ora transcrito:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.*

Partindo desta premissa, consulte-se o artigo 53 da Constituição Estadual:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;*

Assim, percebe-se que a iniciativa está em consonância com os requisitos constitucionais.

Prosseguindo na análise, pode ser verificado que o objetivo é dispor sobre leis já existentes, em verdade esclarecendo certos pontos que possam ser conflitantes. Ora, quem cria a lei pode modificá-la, respeitando os requisitos legais. É isso que se vê na presente proposição.

Ainda mais, não haverá impacto econômico-financeiro qualquer, posto que a lei apenas está dispondo algo já aclarado e estabelecido por leis anteriores. A especificação que ora se pretende representa avanço para o aspecto da técnica legislativa, em homenagem a Lei Complementar n° 095/98, até porque as leis são criadas para serem claras e precisas, não dando ensejo à dúvidas ou questionamentos por parte dos sujeitos condicionados ao cumprimento desta. Deste modo, nota-se que houve atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a elaboração técnica da lei.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, em sede de parecer, somos pela aprovação da emenda do presente projeto, na forma da emenda substitutiva geral em anexo, apresentada pelo autor.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI N° 101/07

Com fulcro no que autoriza o Regimento Interno desta Casa de Leis, em especial o artigo 137, parágrafo

2°, faz-se necessário a apresentação desse substitutivo, passando o projeto a ter a seguinte redação:

Art. 1° Fica alterado o artigo 2°, da Lei n° 15352, de 22 de dezembro de 2006, que passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 2° Ficam homologados os procedimentos adotados pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de conformidade com o disposto nas Leis n°s 13212 e 13214, de 29 de julho de 2001, no período de suas vigências.”

Parágrafo Único. Para o disposto na Lei n° 13214, de 29 de julho de 2001, limita-se às empresas que tenham apropriado valor acumulado do benefício fiscal, num montante de discussão não superior a UPF/PR 520.000,00 (quinhentos e vinte mil unidades padrão fiscal - Paraná), no período de eficácia da citada lei até 31 de março do corrente ano.”

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Plauto Miró.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° N° 101/07

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise tem como escopo a alteração das referidas leis que tratam da homologação dos procedimentos dos contribuintes do ICMS.

Tendo em vista que as alterações não fazem referência a valores, tais quais alíquota e base de cálculo, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário. Desnecessário, então, o acompanhamento de demonstrativo de gastos.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar n° 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela exarando assim parecer favorável. Com o substitutivo da CCJ.

Sala das Comissões, em 23.05.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 125/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que denomina Vitório Traiano o contorno leste de Francisco Beltrão, entre as rodovias PR-566 e PR-483. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (Publ. no DA n° 010/07, de 14/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 125/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei que ora se analisa, busca dar denominação a trecho rodoviário estadual, mais especificamente o contorno leste de Francisco Beltrão, entre as rodovias PR-566 e PR-483.

**Legitimidade e Constitucionalidade**

Este projeto de lei já foi analisado por esta Comissão de Constituição e Justiça, situação em que se optou pela baixa em diligência para que a Secretaria de Estado dos Transportes pudesse informar sobre a existência de denominação para o trecho rodoviário que se busca denominar.

Foi a esta Comissão enviado Ofício n° 052-AT, em que se informou que não existe ainda a denominação do trecho sob discussão.

Sendo esta a dúvida que existia para que o projeto pudesse receber parecer favorável, nada há, consoante se depreende do parecer inicial, que possa obstar a aprovação.

**Conclusão**

Em sendo assim, em sede de parecer, após a manifestação da Secretaria de Estado dos Transportes, somos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 08.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI N° 125/07

P A R E C E R :

**Relatório**

Objetiva o nobre Parlamentar autor da proposição sob exame nesta Comissão, de denominar o contorno leste de Francisco Beltrão, entre as rodovias PR-566 e PR-483, com o nome de Vitório Traiano.

**Parecer do Relator**

Louvável a iniciativa do nobre Parlamentar, e, uma vez que afirma a Secretária de Transporte, após ter consultado os arquivos do DER/PR, que não há registro de denominação para esse trecho, meu parecer é favorável ao Projeto de Lei n° 125/07.

Sala das Comissões, em 21.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
PÉRICLES DE MELLO - Relator

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero neste momento, fazer aqui um reconhecimento ao nobre Deputado Caíto Quintana, mesmo não estando presente, pelo gesto de grandeza em que faz ao

apresentar um projeto denominando o contorno leste de Francisco Beltrão com o nome do meu pai, já falecido. A democracia nos ensina exatamente que é importante convivemos de uma forma ideológica, pensando de forma igual ou contrariamente. O Deputado Caíto Quintana, o conheço há 30 anos, militamos politicamente juntos, divergimos ao longo do tempo, mas em nenhum momento levamos esta luta para o campo pessoal. E é exatamente neste sentido que quero fazer, aqui, um reconhecimento ao Deputado Caíto Quintana por este gesto nobre de reconhecimento ao meu pai, que teve no sudoeste do Paraná, em Francisco Beltrão, mais especificamente, uma vida dedicada à sua cidade. Foram 52 anos de dedicação a Francisco Beltrão pioneiro com quem o Deputado Caíto Quintana teve também uma convivência por muitos anos com a nossa família.

Entendo que passado o processo eleitoral, apesar de termos divergências de ordem ideológica, de briga pelos espaços, o político deve desarmar o seu espírito e saber compreender que passado esse momento eleitoral temos que, na verdade, começar a pensar na região como um todo e nas pessoas que construíram a região. Por isso, reconheço de viva voz esta iniciativa do Deputado Caíto Quintana em reconhecer o meu pai, dando o seu nome a uma rodovia. Foi uma luta nossa travada em Francisco Beltrão, iniciada no Governo anterior e concluída no Governo Roberto Requião, a quem também reconheço essa ação, ainda quando Secretário dos Transportes o Deputado Waldyr Pugliesi.

Com isso, quero nesta tarde dizer ao Deputado Caíto Quintana da minha alegria, da minha satisfação em poder ver esse projeto - se os nobres Pares assim entenderem - aprovado, com uma gratidão e um gesto de amor ao meu pai que era um cidadão analfabeto, mas que construiu uma imagem muito forte em Francisco Beltrão e reconhecido por ricos e pobres e graças a Deus nos deu aquilo que é mais importante para a vida dos seus filhos, que é uma educação que nos dá a condição de estarmos aqui hoje neste Parlamento. Ao Deputado Caíto Quintana, mesmo ausente, a nossa gratidão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Queria também dizer que vou votar a favor do projeto do Deputado Caíto Quintana, que homenageia o pai do Deputado Traiano, homem que vive ali no sudoeste há muitos anos, foi Prefeito e conhece muito a região sudoeste.

Mas queria aproveitar, Sr. Presidente, para fazer uma reivindicação a todos lá do sudoeste. Ontem estive na região de Francisco Beltrão e as rodovias por lá estão precisando serem recapeadas. A situação da rodovia que dá acesso à cidade de Francisco Beltrão é terrível. Estive ontem viajando por lá e é de nos deixar preocupados. O Governo está aí com um belo projeto de recuperação de rodovias, está anunciando novas rodovias, mas é importante - sei que os representantes do sudoeste devem estar brigando por isto - quero dar o meu depoimento pessoal:

situação terrível nas rodovias na região de Francisco Beltrão, muito buraco. Isso nos preocupa.

Mais uma vez voto a favor do projeto do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. **Aprovado.**

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Nós votamos o Projeto de Lei nº 101/07 e esse projeto altera dispositivo das Leis nºs 15352 e 15467. Votamos o projeto de lei na forma do substitutivo geral proposto e aprovado na CCJ.

Queria confirmar se é isso, porque votou-se o projeto e não o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Votamos a constitucionalidade do projeto. O substitutivo da CCJ votaremos em 2ª discussão.

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. (**Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei**).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 168/07

##### P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade de instalação de dispositivos hidráulicos nos empreendimentos imobiliários realizados com recursos públicos, com o objetivo de controlar e reduzir o consumo de água.

Os argumentos trazidos pelo autor para fundamentar sua proposta de lei são exclusivamente de mérito e discorrem sobre a importância da água para a sobrevivência da vida no planeta, marcada pelo Dia da Água, comemorado no último 22 de março.

Para análise da constitucionalidade da proposta há que se verificar preliminarmente a competência legislativa sobre a matéria abordada.

E o que se constata, que em face da supremacia do interesse público que pesa sobre o meio ambiente e seus recursos naturais, é que o legislador constituinte outorgou, concorrentemente, à união, aos estados e aos municípios, a competência legislativa necessária para, mediante lei, assegurar uma efetiva proteção e preservação do meio ambiente e seus recursos naturais.

Assim dispõe o artigo 24, inciso IV, da Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

É tanta a importância conferida e reconhecida pelo legislador constituinte relativamente ao meio ambiente que, além do capítulo específico - artigo 225 e seguintes, onde impõe dever ao poder público - união, estados e municípios - de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, trata também deste tema fundamental em tantos outros capítulos, de modo a assegurar sua efetiva defesa, preservação e a fiscalização e responsabilização de ações depredatórias. É o que se constata nos artigos 5, LXXIII, 23, VI e VII, 129, III, 170, IV, 174, parágrafo 3º, 200, VIII e 216, V.

O comando contido no artigo 225 da Constituição Federal é repetido na Estadual conforme segue:

*Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.*

Considerando, portanto, que em razão de disposição da Constituição Federal, compete ao Poder Legislativo Estadual dispor concorrentemente sobre a matéria objeto desta proposta legislativa e que é dever do poder público em geral, a defesa do meio ambiente, esta Comissão de Constituição e Justiça reconhece a constitucionalidade desta proposta de lei e manifesta parecer favorável ao projeto de lei, amparada ainda pelos artigos 12, VI e VII, 13, VI e VIII, 53, XVII, 161 e seguintes, 207 e seguintes, da Constituição Estadual, entre outros.

Sala das Comissões, em 09.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 168/07

##### P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a instituição de obrigatoriedade de instalação de dispositivos hidráulicos que visem a redução e controle da água em todos os empreendimentos imobiliários realizados com recursos públicos.

Tendo em vista que o próprio texto do projeto, em seu artigo 1º, define que a obrigatoriedade só passa a ser impositiva a partir da publicação da lei, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário, visto que é impraticável a previsão orçamentária, não demandando gastos imediatos e impacto certo aos cofres públicos. Desnecessário, então, o acompanhamento de demonstrativo de gastos.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 168/07

P A R E C E R :

**Considerações**

Considerando que o presente projeto de lei tem como objeto principal a instituição de obrigatoriedade de instalação de dispositivos hidráulicos que visem a redução e controle de água em todos os empreendimentos imobiliários realizados com recursos públicos;

Considerando a existência de pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças;

E, finalmente, levando-se em consideração que cabe a esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, opinar sobre as proposições relativas ao uso e gozo dos empreendimentos públicos, e, principalmente, o que prevê o projeto do nobre Deputado que é levar ao controle e redução do consumo de água, fator dos mais importantes nos nossos dias, sendo esta uma preocupação não só do Paraná, mas do Brasil e do Mundo;

Somos de parecer favorável à tramitação do projeto do nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 07.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
LUIZ NISHIMORI - Relator

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Estamos votando o item 14. Eu queria perguntar o seguinte: da mesma forma que o Deputado Strapasson indaga, estamos votando hoje o projeto de lei. O substitutivo feito pela CCJ, não?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Entrará amanhã na 2ª discussão.

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas projetistas e de construção civil a prover os imóveis residenciais e comerciais de dispositivo para captação de águas da chuva e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 169/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto ora em análise tem por objetivo obrigar as empresas de construção a prover, nos imóveis residenciais a serem construídos, dispositivo para captação de águas da chuva e dá outras providências.

**Legitimidade**

Notadamente, porquanto, o projeto de lei trata de direito urbanístico, por tratar de tema referente ao ambiente urbano, no que tange especificamente a captação de águas nas construções.

Até porque, esclarecendo, o direito urbanístico é construído para atingir objetivos como:

- disciplinar o ordenamento urbano;
- disciplinar o uso e ocupação do solo urbano;
- criar e disciplinar áreas de interesse especial;
- coordenar a ordenação urbanística da atividade edilícia;

- coordenar a utilização de instrumentos de intervenção urbanística.

Sob esta sigla Direito Urbanístico encontram-se certas instituições, como por exemplo planejamento urbanístico ou adequação do solo.

Pois bem, vencida essa premissa, passa-se para o exame detido da competência para elaborar lei e qual a efetiva amplitude desta lei.

Exordialmente, devem ser buscadas as disposições acerca do tema. No artigo 24 está aclarado:

*Art. 24. Compete à união, dos estados e do distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifos nossos)*

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;*

Partindo-se disto, esta idéia inicial, mister consultar o texto da Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 13:

*Art. 13. Compete ao estado, concorrentemente com a união, legislar sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico (grifos nossos);*

Ainda nesta mesma Carta Política Estadual, deve ser transcrito o artigo 53, que assim dispõe:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;*

Este conceito de normas suplementares está posta pelo fato de que, quando se fala em competência concorrente, caberá a união estatuir normas gerais e aos entes

federados normas que possam complementar as diretrizes gerais. No que tange a lei federal, pode ser enquadrado o Estatuto das Cidades. Pois bem, em se consultando tal lei, nada há que verse sobre o tema ora proposto.

Deste modo, cabe neste passo a verificação do artigo 23, parágrafo 3º, ora *in verbis*:

§ 3º *Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.*

Ora, esta é efetivamente a disposição a ser considerada neste ponto. O artigo 1º do projeto de lei estaria em consonância com preceitos constitucionais. Mesmo assim, pode ser discutida a questão de que este tipo de organização buscada tende a ser restrita e condizente com cada município. Assim, estes teriam o condão de legislar sobre o tema.

Ocorre, entretanto, que no artigo 2º está se obrigando algo ao Poder Executivo, mais especificamente a uma Secretaria de Estado, a quem atine projetar e construir ou, ao menos, coordenar em nome do Estado a construção das obras públicas. É cediço, pela estrutura e repartição dos Poderes que se efetiva no estado em que se vive, que não pode um Poder obrigar o outro a tomar certa medida, a realizar certo feito. Isto pode comprometer a harmonia dos Poderes, princípio elevado a tope constitucional. Lei não pode, sob pena de inconstitucionalidade, ferir tal princípio. Isto é o que ocorre no artigo 2º da propositura que ora se analisa.

O artigo 3º também não se apresenta de todo correto. Uma porque deveria especificar de modo detalhado como será realizado o cálculo da proporcionalidade trazida em seu texto. Isto abre azo a incerteza, por certo fato inaceitável quando se trata da lei em si mesma, porque a lei não nasce para deixar dúvidas, mas sim para ser aplicada de modo claro. No parágrafo único deste mesmo artigo é usado o termo “etc...”. Ora, por certo não se espera que uma lei cogente possa trazer conceitos vagos, como o ora sob comento. Neste particular ponto, está sendo desrespeitada a Lei Complementar nº 095/98.

Outro artigo que não se mostra em consonância com o estado democrático é o 5º. Este, por sua vez, adentra âmbito municipal de competência, ao inserir condição para expedição de alvará. Pela separação de competências, não pode um estado editar normas que digam respeito à organização própria dos municípios, sob pena de inconstitucionalidade.

Vê-se porquanto que existem vários erros ou ilegalidades que maculam o presente projeto. No entanto, devido a relevância do tema, para sanar tais vícios, apresenta-se um substitutivo geral, na forma do anexo.

#### **Conclusão**

Frente ao exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 25.04.07.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 169/07**

O Projeto de Lei nº 169/07, com fulcro no artigo 137, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam as empresas projetistas e de construção civil no estado do Paraná obrigadas a prover coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água de chuva, nos projetos de empreendimentos residenciais que abriguem mais de 25 (vinte e cinco) famílias ou nos de empreendimentos comerciais com mais de 100 m2 (cem metros quadrados) de área construída.

Art. 2º Os poderes públicos poderão instalar e projetar coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água de chuva em todos os projetos e construções de prédios públicos, ou que se utilizem de recursos do Tesouro.

Art. 3º A caixa coletora de água da chuva que for instalada será proporcional ao número de unidades habitacionais nos empreendimentos residenciais ou à áreas construídas nos empreendimentos comerciais.

Parágrafo Único. As caixas coletoras de água de chuva serão separadas das caixas coletoras de água potável, a utilização da água da chuva será para usos secundários, como lavagem de prédios, lavagem de autos, de jardins, limpeza, banheiros dentre outros, não podendo se utilizar nas canalizações de água potável.

Art. 4º As empresas projetistas e de construção civil terão o prazo de 90 (noventa) dias para adequarem seus projetos ao cumprimento desta lei, a contar da data da publicação da presente lei.

Art. 5º Os órgãos do poder público estadual e municipal poderão fiscalizar a execução e o cumprimento da presente lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.04.07.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 169/07**

**P A R E C E R :**

#### **Considerações**

O presente projeto de lei tem como objetivo principal a obrigatoriedade das empresas projetistas e de construção civil de prover os imóveis residenciais e comerciais com dispositivo para captação de águas da chuva.

Após ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, e ter sido adequado para não ferir aspectos constitucionais, opina-se pela aprovação do substitutivo proposto pela CCJ.

Desta forma, levando-se em consideração que cabe a esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, opinar sobre as proposições relativas ao uso e gozo dos empreendimentos públicos, e principalmente, quando se trata de estabelecer normas para a poupança de água para serviços essenciais, mas secundários, menos para consumo da população, principalmente, o que prevê o projeto do nobre Deputado que é poupar o uso do precioso líquido, o que hoje é uma constante preocupação mundial.

Somos de parecer favorável à tramitação do projeto do nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Sala das Comissões, em 07.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

## ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a doar veículos dispensados pela administração, que possuam mais de 20 anos de fabricação, a entidades antigomobilistas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/07, de 04/04/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 222/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, vem autorizar o Poder Executivo a doar veículos dispensados pela administração que possuam mais de 20 (vinte) anos de fabricação a entidades antigomobilistas.

##### Fundamentação

O presente projeto de lei visa a doação de veículos dispensados pela administração, que possuam mais de 20 anos de fabricação às entidades antigomobilistas.

Tal pretensão encontra respaldo constitucional no artigo 53, XIII da Constituição do Estado do Paraná, a qual dispõe:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

##### *XIII - bens do domínio público;*

O doutrinador Celso Antônio Bandeira de Melo, explica que “bens públicos são todos os bens que pertencem às pessoas jurídicas de Direito Público, isto é, união, estados, distrito federal, municípios respectivas autarquias e fundações de Direito Público (...). O conjunto de bens públicos forma o domínio público, que inclui tanto bens imóveis como móveis.”

Ademais, a Constituição do Estado dispõe:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da*

*Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.* (Grifos nossos)

Assim, o objetivo do projeto trata-se de doação de bens móveis, os quais também constituem o domínio público, logo, verifica-se a previsão constitucional tanto quanto a matéria objeto do projeto bem como a iniciativa para legislar.

##### Conclusão

Diante do exposto, e pela constitucionalidade aferida, nossa opinião é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 222/07

#### P A R E C E R :

##### Relatório

Objetiva o nobre Parlamentar autor da proposição sob exame nesta comissão, autorizar o Governo do Estado do Paraná a doar veículos dispensados pela administração, que possuam mais de 20 anos de fabricação, a entidades antigomobilistas.

##### Parecer do Relator

Louvável a iniciativa do nobre Parlamentar, e, uma vez que os veículos estão fora de uso aos quais deve se dar encaminhamento adequado, a fim de não se tornarem lixo e causas de doenças, é necessário que se recicle ou sejam encaminhados a entidades antigomobilistas, as quais preservam como relíquia veículos antigos. Portanto meu parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 222/07.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

## ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que fica revogada totalmente a Lei nº 15456 de 15/01/2007, publicada no Diário Oficial nº 7401 de 31/01/07 (resíduos sólidos). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 025/07, de 10/04/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 231/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo revogar totalmente a Lei nº 15456, de 15/01/07, publicada no Diário Oficial nº 7401 de 31/01/07, que dispõe sobre resíduos sólidos.

### **Legitimidade e Legalidade.**

A Constituição Estadual assim assegura:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

A iniciativa das alterações, revogações legislativas, cabe aos mesmos Parlamentares que detêm a iniciativa para a propositura de lei nova, ou seja, os mesmos elencados no artigo 65 da Constituição Estadual supramencionada. Razão pela qual o presente projeto apresenta-se em consonância com o exigido formalmente.

Em resumo, entende-se que quem cria a lei é quem tem poder para alterar, modificar ou revogar.

O projeto em questão se enquadra na modalidade de revogação expressa, pois o projeto de lei se refere explicitamente à lei anterior, fazendo com que a mesma seja revogada, ou seja, fazendo com que deixe de vigorar, se tornando sem efeito, nula.

O caso exposto trata claramente do fenômeno conhecido como repristinação que é quando o legislador derroga ou ab-roga uma lei que revogou a anterior, surge a questão de se saber se a norma que fora revogada fica restabelecida, recuperando sua vigência, independentemente de declaração expressa.

Em razão disso fica claro que o que o legislador pretende com esta revogação é que a sua lei antecessora de nº 12493 de 22/01/99, publicada no Diário Oficial nº 5430 de 05/02/99, volte a ter validade total, garantia essa expressa pelo fenômeno citado anteriormente conhecido de repristinação.

### **Conclusão**

Sugerimos a emenda aditiva ao projeto ora em análise, conforme estabelecem os artigos 136 e 137 do Regimento Interno desta Casa.

Desse modo, e na forma do Substitutivo Geral em anexo conforme o Regimento Interno desta Casa, desde que atendida, o projeto sana o vício quanto à técnica legislativa, passando a estar em conformidade com a Lei Complementar nº 095/98, e trazer a tona seu real entendimento.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 231/07**

O artigo modificado, conforme estabelecem os artigos 136 e 137, parágrafo 4º, do Regimento Interno desta Casa, passa a vigorar da seguinte maneira:

“Art. 1º Fica revogada totalmente a Lei nº 15456 de 15/01/07, publicada no Diário Oficial nº 7401 de 31/01/07, fazendo com isso que a Lei anterior nº 12493 de 22/01/99, publicada no Diário Oficial nº 5430 de 05/02/99, volte a ter validade total.”

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

### **COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 231/07**

### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem por escopo a revogação total de Lei nº 15456 de 15/01/07, publicada no Diário Oficial nº 7401 de 31/01/07, que dispõe sobre resíduos sólidos.

#### **Relatório**

Trata-se de proposição que propõe a revogação da Lei nº 15456 de 15 de janeiro de 2007, que modificou a Lei nº 12493 de 22 de janeiro de 1999, que versa sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e minimização de seus impactos ambientais.

A lei de 2007 introduziu uma proibição de instalação e funcionamento de instituição com a finalidade de tratamento final dos resíduos sólidos em distância inferior a 10 (dez) quilômetros de núcleos populacionais.

O ilustre autor dentre as justificativas alegou que a norma em curso, “está dificultando o trabalho dos municípios. Existem muitos municípios que o centro da cidade, percorrendo 10 quilômetros, atravessa outro município”. Além disso destaca o nobre Deputado que a lei alterada em seu artigo 10, elementos norteadores que obedecidos, estarão em conformidade com a norma ambiental em curso.

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer pela constitucionalidade da matéria, além de apresentar oportuna emenda na adequação ao Regimento Interno.

#### **Mérito e Oportunidade**

A vontade do autor com a apresentação da referida matéria está calçada na revisão de excesso consumado pela lei que ora se busca sua revogação, vez que esta procurou guardar as cidades - núcleos populacionais - de segurança à condição de vida, à qualidade de vida de seus habitantes, incorrendo em situação delicada vez que a realidade geográfica de muitos municípios paranaenses distam, um do outro, menos de 10 (dez) quilômetros, área determinada para que fossem instalados empreendimentos relativos ao tratamento dos resíduos sólidos.

Derrogada a Norma nº 15456/07, emergirá a regra contida na Lei nº 12493/99, que remete os procedimentos às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e condições postas pelo Instituto Ambiental do



Paraná - IAP, com legislação bem apurada, sem prejuízo de outras.

De sorte que o projeto é oportuno, pois afastará qualquer possibilidade de transtornos nas cidades do Paraná.

#### **Voto do Relator**

Considerando exitosa a presente proposição, que atende uma necessidade real da sociedade na revisão da norma em curso, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 231/07.

Sala das Comissões, em 21.05.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

Em discussão. Em votação.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)**

O projeto que está sendo revogado, quando foi aprovado aqui e o Deputado Anibelli lembra que quando aprovamos na CCJ, ele prevê que os aterros sanitários fiquem a uma distância de 10 quilômetros da cidade. Não especifica se é do centro da cidade ou da periferia da cidade. Acho que o Deputado Anibelli, numa preocupação correta, lembrou que algumas cidades não têm 10 quilômetros no seu perímetro. A minha preocupação é que com a revogação - e talvez possamos conversar, Deputado Anibelli, para fazermos uma emenda, e consulto a Mesa justamente nesse sentido - porque a minha preocupação é com a forma com que estamos revogando, na íntegra. Podemos colocar os aterros sanitários em qualquer lugar da cidade. Podemos colocar, por exemplo, o aterro sanitário, e é óbvio que isso não aconteceria, mas numa hipótese absurda, dentro do Parque Barigüi. Ficaria permitido que fosse feito isso. Teríamos que encontrar a solução viável. Se nós revogarmos na íntegra, o Deputado Anibelli está correto com a preocupação que alguns municípios não têm essa extensão. Por outro lado, a minha preocupação, Deputado Cheida, que é da Comissão de Meio Ambiente, é que se revogarmos na íntegra, passamos a permitir que o município faça o seu aterro sanitário em qualquer lugar.

Gostaria que fosse esclarecido como faremos para contemplar essas duas preocupações.

#### **O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, o Deputado Tadeu Veneri tem dúvidas. Revogando esta lei, ela voltará à lei anterior e o problema voltará a ser como era. Hoje estamos votando apenas a constitucionalidade que a Comissão de Justiça já aprovou.

Amanhã, poderemos discutir e se a sua dúvida puder ser sanada com uma emenda, não teremos nada a nos posicionarmos contrários. Iremos conversar com o Deputado Cheida que é um expert no assunto e faremos em comum acordo para que o Paraná e os municípios ganhem.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Vamos votar a constitucionalidade.

Em discussão. Em votação.

**Aprovado.**

#### **Requerimentos**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1368, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente.

**Retirado pelo autor.**

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, estabeleci com a Deputada Cida Borghetti, uma tratativa para que possamos encaminhar o requerimento via Liderança do Governo.

Por isso, penso que deva ser consultada a autora do requerimento, Exa.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente, **está retirado, então o requerimento.**

Deputado Antonio Anibelli, solicito a V. Exa. se pudesse assumir à presidência, fazendo o favor, porque preciso retirar-me.

Obrigado.

Requerimento nº 1335, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, queria chamar a atenção de V. Exa. porque esse é um requerimento que, na minha avaliação, já havia sido discutido na semana passada, em função da complexidade do requerimento, por conta, é claro, que precisa de uma caminhonete paratransportar as cópias, xerox, que o Deputado Leprevost solicita em relação a aquisição de medicamentos por parte da Secretaria da Saúde.

O requerimento, na verdade, se melhor formulado e disse isso ao autor inclusive, poderia ser respondido pela Secretaria da Saúde. Por óbvio, é um requerimento, vou repetir, certamente deve dar mais de 5 ou 6 toneladas de material, que é impossível manusear os papéis, ou seja, um requerimento feito, única e exclusivamente com o objetivo, que várias vezes nesta Casa discutimos, que é para poder, de fato, gerar uma notícia na imprensa.

Se o Deputado Ney Leprevost queria fazer com esse requerimento uma notícia na imprensa, ele conseguiu. Queria chamar a atenção de V. Exas. que integram a Bancada da Oposição, Deputado Elio Rusch que hoje exerce a Liderança da Oposição, porque para a minha

surpresa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas que integram a Bancada do Governo aqui nesta Casa, o autor do requerimento fez um ofício sobre um pedido de informação que foi encaminhado a esta Casa, e que ainda não foi votado. Fez um ofício, pasmem, à PIC - Procuradoria de Investigação Criminal, dizendo o seguinte, Sr. Presidente: “Devido às dificuldades encontradas para provar o pedido de informações,” cuja cópia segue em anexo. Em anexo está esse pedido de informação, em razão do esvaziamento das Sessões Plenárias, promovido estrategicamente pela bancada de apoio ao Governo do Estado.

Então, Sr. Presidente, queria dizer que lamentavelmente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas que integram a Base do Governo e demais Parlamentares, vejam a que ponto nós chegamos: o processo legislativo, pode ser questionado junto ao Poder Judiciário, como tem sido muitas vezes, o que é absolutamente legítimo.

Agora, vejam V. Exas., encaminhar a cópia de um pedido de informações que está sendo debatido nesta Casa sobre compra de medicamentos para a PIC! Ora, Excelências! Salvo que V. Exas. tenham o sentimento de estarem cometendo crimes, aqui, para poder deixar de votar o requerimento, eu sinceramente me surpreendi muito! Mantenho com o Deputado Ney Leprevost, há muitos anos, uma relação de muito respeito, aliás com a família toda dele, e sinceramente nunca imaginei que ele pudesse fazer este requerimento! Eu pedi que ele reformulasse o requerimento, para que ele pudesse ser respondido, mas infelizmente e lamentavelmente o que ele fez foi mandar para a PIC o requerimento.

Por isso, quero pedir a todos os membros que integram a Bancada do Governo e também a todos os Parlamentares desta Casa, em função, inclusive, de podermos fazer valer as prerrogativas dos Parlamentares, que este requerimento seja rejeitado. E eu, como sou uma pessoa coerente, mantenho aqui, publicamente, a oferta de que o requerimento seja reformulado para que ele seja respondido e poderá ser encaminhado via Liderança do Governo. Não mudo o meu posicionamento.

Agora, quero lamentar profundamente, Sr. Presidente, que esta Casa, na minha avaliação, está sendo desrespeitada com este comportamento tido pelo Deputado Ney Leprevost - que vou dizer mais uma vez - me surpreendeu muito. E falo estas palavras, aqui, com dor no meu coração, em função de uma relação de tantos anos. Falo isso, Sr. Presidente, porque senão eu não poderia olhar nos olhos de cada uma das pessoas com quem convivo e por quem tenho o maior respeito, porque ou nós defendemos a integridade desta Casa ou certamente daqui a pouco estaremos aqui - estarei eu ou qualquer Deputado - sendo intimado pela PIC para poder ir lá prestar esclarecimentos, porque não votamos requerimento de pedido de informações aqui nesta Casa.

Quero lamentar, profundamente, o comportamento do Deputado Ney Leprevost.

#### O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho profundo respeito por este Parlamento. Ao longo da minha vida pública, sempre defendi os valores da democracia, da liberdade, do respeito ao estado de direito. E por mais que V. Exa. esteja zangado comigo, Deputado Romanelli, quero dizer que tenho muito apreço pela sua pessoa. Talvez o senhor não acredite nisto, mas tenho. Gosto muito do seu irmão, da sua família. Agora, o senhor me perdoe, mas o senhor está distorcendo o teor do ofício que enviei à PIC.

Em primeiro lugar, não enviei requerimento à PIC. Enviei um ofício à PIC, não como Deputado, mas como qualquer cidadão pode fazer. Qualquer pessoa que está aqui, hoje, tem direito de enviar um ofício à PIC para fazer uma pergunta. Eu não enviei um ofício para criticar o Parlamento e nem para criticar os Deputados. O Deputado Romanelli não leu inteiro o teor do meu ofício. Está aqui: “... considerando a crise no fornecimento de remédios aos pacientes carentes do Paraná, solicitamos a esta respeitável instituição que nos informe se existe algum procedimento investigatório sobre o tema apresentado no requerimento anexo”.

E anexe o requerimento apenas para a PIC saber do que se tratava. E se existir, quais seriam as conclusões do mesmo. Promovemos esta consulta com o intuito de averiguar se existe necessidade de convocação do Secretário de Estado da Saúde para que preste esclarecimentos.

Eu não sei por que o Deputado Romanelli se sentiu tão ofendido. Não vejo nada, aqui, que ofenda a honra nem do Deputado Romanelli e nem dos Parlamentares. Um ofício normal, apenas com um pedido de informações anexo, para que o promotor saiba do que se trata o assunto.

Agora, Srs. Deputados da Oposição, Srs. Deputados da Bancada do Governo, se tem alguém que desrespeitou esta Casa Legislativa foi o Secretário da Saúde, Cláudio Xavier, que ao receber um ofício deste Parlamentar, se tivesse enviado uma resposta digna e respeitosa, poderia ter poupado o Deputado Romanelli do constrangimento de ter que vir debater esse assunto dessa forma, Presidente Anibelli.

#### O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Apenas alertando a V. Exa. que deve falar de frente para a presidência.

#### O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Certo, Presidente, agradeço. Obrigado, Sr. Presidente!

Alertando, Sr. Presidente, que o Secretário Cláudio Xavier foi quem respondeu que só enviaria as informações solicitadas pela Comissão de Saúde se essas informações passassem pelo Plenário, inclusive ele acabou desautorizando o Líder do Governo, Deputado Romanelli, que sempre pede para que as informações sejam enviadas por ofício para as Secretarias. Então, não con-

sigo entender. O Líder do Governo nos pede para enviar, diretamente por ofício, os pedidos de informações e o Secretário diz que a resposta só será dada se a Mesa Executiva da Assembléia encaminhar a ele.

Acredito, Sr. Presidente, que qualquer cidadão deveria poder fazer perguntas para o Secretário e o Secretário deveria responder. Um dos princípios constitucionais da administração pública é a publicidade dos atos públicos. Agora, quando se fala em remédio no Paraná, não sei por quê todo mundo se nega a responder as perguntas que são feitas. Acho que vamos ter que agir com mais dedicação a esse tema.

Quero, apenas para terminar, agora sim, Sr. Presidente, informá-lo que a PIC já respondeu ao meu ofício. Existem 3 ações civis públicas tramitando. Essas ações foram ajuizadas no mês de maio pelo Procurador Marco Antônio Teixeira e amanhã, às 10h30, tenho uma reunião com o Procurador para conhecer o teor dessas ações e saber se será necessário a Comissão de Saúde convocar - como permite o Regimento desta Casa - o Sr. Cláudio Xavier para que venha prestar depoimento sobre a questão dos remédios na Assembléia Legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação o requerimento.

Peço aos Srs. Deputados para que tomem seus assentos para que não parem dúvidas sobre a contagem da votação.

Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Rejeitado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Ney Leprevost, queiram levantar-se.

Dezessete Deputados votaram SIM.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um Deputados rejeitam. **Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 1343, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só vou encaminhar para dizer que o Deputado Marcelo Rangel pode encaminhar essa sugestão como ofício. Como requerimento nós vamos pedir pela rejeição do requerimento. Encaminhe como um ofício que, certamente, V. Exa. cumpre o seu papel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Não entendi. Todos nós Deputados, Parlamentares, fomos eleitos para fiscalizar os atos do Poder Executivo. É prerrogativa da Assembléia Legislativa fazer essa fiscalização. Foi constatado, Sr. Presidente, que os números que eu recebi do Tribunal de Contas, no ofício do Tribunal de Contas a respeito das despesas que o Governo fez com publicidade, não batem com os números apresentados pelo site chamado de "transparência." Se isso ocorre, se existem comprovações, Srs. Deputados, se realmente os números não estão batendo, se os números que estão presentes na internet induzem ao erro cada cidadão paranaense, acho que nós Parlamentares devemos, sim, levantar a voz, fazer requerimento, e de todas as maneiras coibir para que esses erros não aconteçam mais. Temos que aprovar, Srs. Deputados da Oposição e Srs. Deputados da Situação. Se existe erro na internet, se os números não batem, temos, sim, de sugerir a retirada imediata do site para fazermos as correções necessárias.

Então, é neste sentido que faço o encaminhamento nesta tarde, Sr. Presidente. Tenho certeza absoluta que os Srs. Parlamentares vão votar favoravelmente à retirada do site, até para que o povo do estado do Paraná receba este recado da Assembléia Legislativa, que não se pode manter esse erro no ar através da internet.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação o requerimento. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Rejeitado.**

Será procedida a verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezoito Srs. Deputados votaram favoravelmente.

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte Srs. Deputados rejeitam.

**Está rejeitado o requerimento.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, gostaria de registrar os Deputados que votaram a favor da retirada do site do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. pode registrar.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Elio Rusch, ajude-me a fazer o registro: Deputados Elio Rusch, Traiano, Cida Borghetti, Douglas Fabrício, Plauto, Belinati, Carli Filho, Ney Leprevost, Augustinho Zucchi, Duílio Genari, Rui Hara, Jocelito Canto, Reni Pereira, Edgar Bueno, Chico Noroeste, Edson Praczyk, Rosane, Marcelo Rangel.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Requerimento nº 1345, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, este requerimento - em respeito ao Deputado, estando ele ausente - é uma solicitação, na verdade. Encaminhamos favoravelmente à aprovação do requerimento. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero registrar o meu voto contrário. Voto tudo contra o Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Requerimento nº 1358, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, proponho um acordo com o autor do requerimento, Deputado Edson, para que possamos encaminhar via Liderança do Governo, embora reconheça que V. Exa. fez o requerimento, as respostas foram feitas, mas o senhor pede, mais especificamente, aqui. Peço que V. Exa. encaminhe via Liderança do Governo, que vou fazer esse pedido ser respondido, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, confesso aqui de público, ao lado do Líder do Governo, que não esperava, em hipótese alguma, que esse requerimento em específico fosse rejeitado ou não se houvesse o interesse em nos dar o apoio, tendo em vista que estou esperando todas essas informações desde 2005, Sr. Presidente.

Então, fico um tanto decepcionado, porque pensei que o Líder do Governo abriria a exceção. Mas, estou disposto, até porque admiro muito o Deputado Romanelli, em acatar a sugestão de V. Exa., com uma condição: quando virá essa informação? Porque no último acordo que fizemos de um requerimento de pedido de informações, até hoje não veio.

Então, questiono o nobre Parlamentar de estipularmos um prazo.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Só informo ao Deputado Praczyk que só podemos discutir assuntos desta legislatura. Em 2005 foi da legislatura passada, que V. Exa. estava e eu também.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sem dúvidas. Mas, é relevante citar esses primeiros requerimentos, até tomando como exemplo o próprio Deputado Pugliesi, que vive trazendo à tona fatos da história que também não são desta legislatura, até para enriquecer e apoiar as teses que ele defende, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Em quantos dias V. Exa. solicita a resposta do Governo?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Eu que devolvo a pergunta para o Líder do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., quero dizer que tenho aqui hoje, por exemplo, 3 requerimentos de pedido de informação que estou encaminhando aos autores. Não tive tempo de fazer isso ainda hoje: à Deputada Rosane Ferreira, ao Deputado Elio Rusch, como Líder da Oposição, e ao Deputado Jocelito Canto. Não consegui ainda, mas são requerimentos que foram.

O prazo, na verdade, depende exclusivamente de nós estabelecermos uma mecânica, que vai via Casa Civil ao órgão que tem que prestar as informações. O prazo médio tem sido entre 20 e 30 dias. Não posso estabelecer um prazo menor do que 30 dias, até porque senão depois eu seria cobrado aqui por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Se for possível, antes dos 30 dias.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Se o Líder do Governo se comprometer com este Parlamentar que não ultrapasse os 30 dias, tendo em vista que a nossa Constituição diz que o prazo é de 30 dias, então, se caso não ultrapassar, acato a solicitação do Líder do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Está ótimo!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

**Fica retirado e encaminhará pessoalmente o seu pedido, Sr. Deputado.**

Requerimento nº 1369, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, na verdade esse requerimento é um requerimento de boa intenção do Deputado Antonio Belinati, embora seja dos 2 entes federados, estado e município, a responsabilidade. Mas, como é uma sugestão do Deputado Antonio Belinati, encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 1372, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, vou pedir a retirada desse requerimento e vou encaminhar por ofício, porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar à Assembléia Legislativa e tenho certeza que eles não irão se negar a responder este ofício.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)  
**Está retirado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para registrar que essa é uma medida de bom senso. Disse ainda há pouco à imprensa desta Casa que os Parlamentares têm no Tribunal de Contas - que é um órgão auxiliar e vinculado à Assembléia Legislativa - podem requerer diretamente ao Tribunal de Contas as informações que julgarem necessárias, representarem junto ao Tribunal de Contas, sem necessidade que possamos efetivamente, muitas vezes, desgastarmos isso. E quando quis dizer auxiliar, é no sentido que a Constituição vincula o Tribunal de Contas à Assembléia Legislativa, embora reconhecendo que a Corte de Contas exerce um papel extremamente importante nesse processo como órgão que trabalha com a Assembléia Legislativa, para poder promover o controle externo da administração pública.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de aproveitar, a nível de informação, e dizer que as contas do ano de 2003 do porto de Paranaguá foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. Deputado Ney, as de 2004, as de 2005, as de 2006, ainda não tiveram o seu julgamento realizado. Então, a nível de informação e antecipação para ajudar o nobre colega.

E dizer também que existe, às vezes, um equívoco de interpretação: o Tribunal de Contas é um órgão de auxílio da Assembléia no sentido da fiscalização das contas do poder público, e não auxiliar, como muitas vezes eu escuto ser colocado aqui pelos nobres Parlamentares.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Tanto que eu reformulei, Exa., de auxílio mesmo. Está correto o Deputado Artagão.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Provavelmente essas contas estão sendo apreciadas pela câmara do Conselheiro Artagão de Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

As do ano de 2003 foram analisadas pelo Conselheiro Fernando Guimarães e aprovadas com ressalvas. As de 2004 estão sendo analisadas, as de 2005 e de 2006, conseqüentemente, uma com cada Conselheiro. Jamais é atribuído mais de 1 ano para o mesmo Conselheiro, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Muito obrigado pela resposta de V. Exa.

Requerimento nº 1385, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1387, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Augustinho Zucchi e demais Srs. Deputados membros da Bancada da Oposição, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, esse requerimento já foi rejeitado por este Plenário, tanto que era direto para a SEOP, quanto que era para o Tribunal de Contas...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, para discutir esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)  
**Adia-se, na forma regimental.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas que a Mesa informe esta Casa, amanhã, se esse pedido já foi objeto ou não de deliberação.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Se foi, não será apreciado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente.

Requerimento nº 1388, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, consulto o nobre Líder da Oposição se é possível, via Liderança do Governo, essa resposta pretendida aqui.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, peço para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)  
**Adia-se, na forma regimental.**

Requerimento nº 1389, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Em discussão.

Requerimento nº 1390, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, para discutir.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero pedir duas coisas a V. Exa. Primeiro, que esta Casa fez um projeto de lei autorizatório a fazer a permuta com o Judiciário para a construção dessa obra, que seria a obra do fórum, enfim, todo esse processo foi discutido por esta Casa.

Segundo, esse requerimento, Exa., salvo que tenham mudado algumas expressões, foi já deliberado também por este Plenário e rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Se foi, o Sr. Presidente, na reunião da Executiva amanhã, às 11h00, nós deliberaremos sobre o assunto. E como houve o pedido de discussão, será adiado na forma regimental.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Esse requerimento, tenho certeza, foi rejeitado por esta Casa. Tenho absoluta certeza!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Então, V. Exa, pede para discutir...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Discutir, não, peço que a Mesa julgue prejudicado esse requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Adia-se, na forma regimental.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Pela Ordem)**

Quem é que apresentou o requerimento, Deputado Romanelli?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Foi a Bancada da Oposição. Nós votamos há 1 mês e meio, vou ler para V. Exa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, é uma questão de bom senso! Não é possível, já são 3 requerimentos que o Líder do Governo diz que foram rejeitados e foram reapresentados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Como já foi pedido e adiado, eu levarei ao Presidente amanhã na reunião da Executiva que a partir de hoje seja firmada uma jurisprudência a respeito de requerimento apresentado e nós sabemos que podem ser reapresentados de várias maneiras.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpem, mas isso aqui foi objeto de um debate entre eu e o Deputado Valdir Rossoni, Num minuto, pela ordem, deixe eu concluir...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu já pedi para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Romanelli, Deputado Elio Rusch, eu não posso responder a V. Exas. porque não presidi essa Sessão, portanto para ganho de tempo nós levaremos ao Presidente Nelson Justus amanhã, na reunião da Mesa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, é que o requerimento não foi lido por V. Exa., não consta das notas taquigráficas, por isso eu me permito ler o requerimento...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Não é possível, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente olhe as perguntas, só mudou o destinatário. Agora colocaram o nome do Sr. Júlio César de Araújo, antes estava Marcelo Almeida.

Olhem aqui, foi justamente este pedido de informação, Dra. Lúdia, que eu entreguei para o Deputado Valdir Rossoni, que foi o Secretário Caron que me trouxe aqui: "Quantas e quais licitações foram feitas pela SEOP nos últimos 4 anos? Especificar as respectivas obras, municípios por município. Das licitações formalizadas, quantas obras foram executadas e quantas ainda estão em andamento? Quantas obras foram objeto de termos de aditamento? Especificar uma a uma, executadas e em andamento, seus valores originais constantes das respectivas licitações e os valores dos correspondentes aos aditamentos."

Ou seja, esse requerimento foi respondido, entregue ao Deputado Valdir Rossoni e V. Exa., Deputado Elio Rusch, que tem memória, lembra que este requerimento foi votado, rejeitado e mesmo assim as respostas foram entregues ao Deputado Valdir Rossoni.

Me desculpe, mas é difícil trabalhar assim!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Deputado Romanelli, vamos tentar acalmar os ânimos. Fui informado agora pela nossa assessoria que

quem subscreveu esse requerimento foi o Deputado Rossoni, pela Liderança da Oposição, sozinho, ele o subscreveu. Por que ele fez o segundo requerimento? No primeiro requerimento que ele fez, com as mesmas perguntas, veio uma resposta muito evasiva que não se entendeu absolutamente nada.

Por esta razão, Deputado Romanelli, pedi para discutir o requerimento, porque quem recebeu a resposta foi o Deputado Rossoni, nós não a temos em mãos. Como o Deputado Valdir Rossoni não está presente, pedi para discutir o requerimento. Acho que não devia nem fazer polêmica em torno desse requerimento, neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Quero informar ao Deputado Elio Rusch que a assinatura do Deputado Rossoni está nesse requerimento. Então, como V. Exa. pediu para discutir, levaremos ao Presidente, mas a assinatura do Líder da Oposição está aqui.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Foi o que ele falou, Presidente, só que é o seguinte: essa matéria foi rejeitada, esse requerimento foi rejeitado pela Casa, está arquivado.

**(Tumulto, conversas paralelas)**

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Adias-se as discussões para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)**

Quero ponderar a V. Exa. o seguinte: V. Exa. não pode nesta matéria atender a solicitação dos Deputados que fizeram o pedido para discutir. V. Exa. pode sobrestar a matéria, mas se V. Exa. encaminha para discutir e fica no aguardo de uma resposta confirmadora ou não daquilo que aconteceu, parece que V. Exa. está cometendo um equívoco.

Encaminhar para discutir amanhã, parece-me um grande equívoco. Se V. Exa. colocar a matéria sobrestada para ver o que é que aconteceu, verificando os fatos, aí sim, parece-me que seria, me perdoe, parece que esta seria a decisão correta da Mesa.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)**

Fui informado agora também, Deputado Romanelli, esse requerimento não foi aprovado e nem rejeitado. Foi feito um acordo de Liderança e foi retirado o requerimento e V. Exa., Deputado Romanelli, através do Governo, passou algumas informações ao Deputado Valdir Rossoni.

Ele não se achou satisfeito com a resposta e formulou um requerimento para ser aprovado pelo Plenário. Mas pedimos para discutir o requerimento e ele fica com a sua discussão adiada.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Tenho certeza que o requerimento foi rejeitado. E quero dizer a V. Exa. que a Mesa não pode receber o requerimento. Desculpe, é V. Exa. quem decide, mas a questão é regimental, a matéria é vencida por deliberação deste Plenário, porque senão, de fato, ficaríamos de forma indefinida votando todos os dias os mesmos requerimentos durante todo o período da Sessão Legislativa. Desculpe, mas a matéria foi vencida.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero dizer que V. Exa. tem razão, quando V. Exa., através do Deputado Elio Rusch, pede para adiar e V. Exa. concede o adiamento, regimentalmente, como determina o nosso Regimento. V. Exa. está certo. Tem que discutir amanhã, porque o requerimento feito neste momento é um requerimento feito para um outro Secretário, são 2. O primeiro respondeu de um jeito, agora é um segundo Secretário que está lá e cabe perfeitamente um requerimento ao segundo Secretário que está lá. Não é o mesmo requerimento, porque o Secretário não é o mesmo. Então, não é igual. O senhor está com a razão.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

A Secretaria é a mesma, o documento teria validade, mas como outros 2 requerimentos nós transferimos para a reunião da Presidência para ver se foi ou não foi, mantenho a minha decisão de aceitar a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento nº 1391, de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Douglas Fabrício, Antonio Belinati e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

**UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1396, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, com apoio dos Srs. Deputados Tadeu Veneri, Péricles de Mello, Luciana Rafagnin e Professor Luizão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1397, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1401, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1402, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Para registrar a presença do radialista de Ubiratã, Bugrão e o Ivanildo, da Folha Regional de Ubiratã.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Para registrar a presença do Prefeito de Boa Vista de Aparecida e do Vice-Prefeito, seus Secretários e toda a liderança de Boa Vista de Aparecida.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência registra as presenças. Sejam bem-vindos.

Requerimento nº 1403, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Augustinho Zucchi, Antonio Belinati e demais Srs. Deputados membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1406, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente.

Em discussão.E

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1407, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1420, de autoria dos Srs. Deputados Reni Pereira, Durval Amaral, Edson Strapasson e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1421, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1427, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1428, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Penso que convite para discutir com o SindSaúde tem sido feito...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Um convite não depende de deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Ou aceitar ou não aceitar. A Assembléia pode...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O Secretário tem sido convidado para discutir, para debater. O Deputado Augustinho Zucchi tem razão. Não é requerimento para ser votado pelo Plenário. Eu encaminho pela rejeição do requerimento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Entendo que para a boa prática legislativa, não podemos votar um convite. Não é possível isso. O Plenário só pode deliberar por uma convocação. Um convite é um convite, não deve ser submetido à votação em Plenário. Deve ser encaminhado pela Mesa Executiva ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência aceita a sugestão do nosso Vice-Presidente e devolverá ao autor para que seja feito, através do Presidente ou da Comissão de Saúde, o convite.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, está havendo uma incoerência enorme aqui nesta Casa, porque o Deputado Romanelli, candidato a Governador e já está até em campanha - o meu ouvido escuta bem, Sr. Presidente - tenho ouvido permanentemente aqui o Deputado Romanelli, com sua mestria, com sua competência, V. Exa. sugerir para transformar requerimento de convocação de Secretário em convite. É o que mais ouço, aqui.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

V. Exa. tem razão. Desculpe interrompê-lo, Deputado, mas veja, o requerimento formulado pelo Deputado Antonio Belinati pede o quê? Para que o Secretário da Saúde faça uma discussão com os servidores da saúde, SindSaúde.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Lá na Secretaria.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Ora, é o que ele tem feito. Na verdade, é obrigação dele.



O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Não, aqui na Assembléia. Não na Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

“A comparecer a esta Casa de Leis, para debater com os Deputados e Diretores, o impasse motivado pela divergência nas 40 horas”.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu pediria ao autor do requerimento, Deputado Antonio Belinati, até pelo respeito que tenho por ele, vou tentar promover, como temos feito, a possibilidade de termos uma conversação sobre esse tema. peço que V. Exa. - para que evitemos uma polêmica desnecessária - possa retirar esse requerimento e discutirmos uma forma de encaminhar esse tema, via Liderança do Governo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Deputado Romanelli, um grande amigo da família Belinati, Sr. Presidente, para quem não sabe, este requerimento eu tomei a iniciativa de apresentá-lo lembrando que as galerias ficaram várias vezes lotadas por servidores da área da saúde e que estavam tentando um diálogo com o Secretário da Saúde. Segundo as informações, não conseguiram. Depois, o Deputado Romanelli anunciou aqui que as negociações haviam sido abertas.

Para resolver esse impasse é que nós entendemos que a Assembléia Legislativa, para evitar essa vinda permanente dos servidores da saúde, que se deslocam de cidades distantes do Paraná, vindo a Curitiba, na expectativa de um diálogo para não haver desconto no salário no tocante a essa jornada de trabalho que os servidores querem cumprir, de 30 horas, e que o Governo exige que seja de 40 horas, é que entendemos que a Assembléia Legislativa poderia prestar, respeitosamente, uma colaboração tanto ao Governo quanto aos servidores e a todos os Deputados. Quem sabe, aqui, ou com convite ou uma audiência pública, nós chegássemos a um entendimento e acabássemos com este vai-e-vem dos servidores que têm vindo aqui. Para nós, é uma honra sempre podermos recebê-los. Mas, a solução, volto a enxergar, volto a reafirmar, é somente através do diálogo, do entendimento, que nós propusemos esse requerimento.

Vamos atender, fazer uma retirada provisória, mas vamos continuar batendo, aqui. Enquanto não houver diálogo, o desgaste é para toda a Bancada do Governo. Não é para a Oposição, não. Enquanto não houver diálogo do Secretário da Saúde com os servidores da área da saúde, tenho pena - tenho pena, sim - dos nobres colegas da Bancada da Oposição, que vão acabar se desgastando por essa falta de diálogo.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. retira, então?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Provisoriamente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

**Retirado, provisoriamente.**

Requerimento nº 1430, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1463, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Prejudicado.

Requerimento nº 1434, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao Deputado Antonio Belinati, tri-Prefeito londrinense, Deputado já por tantas legislaturas, homem público, experiente, ele utiliza um termo que eu já disse aqui, sob qualquer hipótese eu voto, aqui, moção de repúdio para quem quer que seja, especialmente, Exa., desculpe, podemos concordar ou não com o ato feito pelo Governo venezuelano, mas a Venezuela vive um estado de direito democrático, a Venezuela tem Poder Legislativo, tem Poder Judiciário, tem Poder Executivo, e é uma discussão sobre uma concessão pública. Por isso que V. Exa. pode concordar ou discordar, em função do princípio democrático de que a Oposição possa ter um canal de televisão numa concessão pública, como é o caso da RCTV.

Agora, eu queria dizer, Exa., que voto de repúdio, para mim, é uma questão muito forte e para V. Exa. é um político experimentado, tem uma longa trajetória, por isso, faço um apelo a V. Exa. para que retire o requerimento e reformule o mesmo como moção de alguma outra coisa, mas não de repúdio, porque, sinceramente, acho que repúdio é uma questão que dói mesmo nos ouvidos de um democrata, como em qualquer pessoa e como em V. Exa., inclusive. Por isso, peço que V. Exa. retire o requerimento de moção de repúdio, por ser uma expressão excessivamente forte na democracia.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

E sobre o mesmo existe um segundo requerimento do Deputado Antonio Belinati pedindo votação nominal para o requerimento.

Faço um apelo ao Deputado Belinati para que retire...

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só para ponderar o seguinte: a política do Governo brasileiro é de não ingerência nos assuntos de outros países. Isso vem se consolidando, há muitos anos, desde a conferência de Bandung, com Presidente dos países, onde ficou marcada na história a posição de alguns líde-

res mundiais de respeitar as decisões internas de outros países, senão é ingerência.

Um voto de repúdio é uma questão muito pesada e é bom que o autor do requerimento faça mesmo, depois de ter solicitado tantas e tantas vezes, esses repúdios ao Governo da Venezuela e outros Deputados ao Governo instalado na Bolívia. Precisamos ter respeito pelas decisões dos outros países e temos que exigir, também, que eles respeitem as decisões que tomamos aqui dentro.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Ouvi com muita atenção o grande professor Romanelli e, humildemente, vou acatar a sugestão do nobre Líder do Governo. Acho que a palavra “repúdio” não cabe. Gostaria que V. Exa. transformasse a palavra “repúdio” em “protesto”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Devolvo o requerimento a V. Exa. para que V. Exa. mesmo, de próprio punho ou rasurando, o faça, para que fique uma posição simpática a esta Casa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Enquanto o Deputado Antonio Belinati faz a devida alteração, V. Exa. poderia continuar colocando em discussão esse requerimento para que possamos apreciar, logo após essa rasura feita pelo Antonio Belinati, dizendo que a própria rasura tem validade no seu requerimento e para que possamos votar.

Entendo que o Deputado Waldyr Pugiesi tem razão, muitas vezes, da não ingerência até diplomática entre um país e outro, mas aquilo que estamos vendo na Venezuela não dá para aceitar: 80% da população da Venezuela, hoje, estão em protesto, não estão aceitando isso. Então, ao menos para dizer para sociedade do Paraná que o Parlamento do Paraná é um Parlamento democrático, que não aceita a força, a imposição. Tudo que for antidemocrático temos que combater com veemência.

Por essa razão, quero aplaudir o Deputado Antonio Belinati por essa iniciativa, até pela compreensão de substituir a palavra “repúdio” que, também, não sou muito adepto a essa expressão. Mas, o voto de protesto, acho que o Parlamento do Paraná tem que externar diante da agressão contra a democracia e a liberdade que o Presidente Hugo Chávez está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Devidamente mudado para voto de protesto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Só para registrar o meu voto de abstenção. Nem contra nem a favor.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Quero pedir para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se, na forma regimental e retirando o requerimento de voto nominal.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Presidente, tudo bem, acatamos a decisão de V. Exa., mas já foi encaminhado. Depois de ter encaminhado, não tem mais para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Acho que diante do acordo que foi feito, Deputado Luizão, acatando o que o Deputado Elio Rusch falou, houve um acordo e temos que colocar em votação o voto de protesto.

Foi discutido, temos que votar. Sim?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem, queria dizer o seguinte: a modificação foi muito bem-vinda. Penso que a substituição do vernáculo “repúdio” por “protesto”, atinge de fato um objetivo interessante. Agora, claro, a essência do tema é a discussão sobre um país que, soberano, tomou uma deliberação. Quero dizer o seguinte: gostaria, na verdade, que esse tema, encaminho contrário ao requerimento, inclusive, com esse entendimento espetacular do Deputado Antonio Belinati. Agora, penso que o tema foi pedido para discutir pelo Deputado Luizão no sentimento que houve, efetivamente, uma modificação pelo autor da súmula do requerimento.

Penso que, na essência, foi modificado. Por isso, acho que ele abre um novo momento na discussão do requerimento, quando o requerimento foi pelo autor rasurado e modificado na sua essência.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Mas, ele não perdeu o número, Sr. Líder. Continua o requerimento e o Deputado Belinati teve a grandeza de mudar. E eu, se estivesse no Plenário, votaria a favor do voto de protesto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. que preside esta Casa de forma soberana, decide o tema. Agora, quero encaminhar contra à moção de protesto. Quero que V. Exa. respeite o pedido que foi formulado pelo Deputado Luizão. V. Exa. que decide.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Deputado Romanelli, o número de registro está aqui. Foi registrado e tem um número. A não ser que ele

retirasse e apresentasse um outro, mas esse terá que ser votado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Tenho a convicção que V. Exa., presidindo esta Assembléia, tem que se manter nos estritos limites da imparcialidade.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Exatamente o que estou fazendo. Se eu pudesse votar, votaria a favor do requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

V. Exa. acabou declarando o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está declarado. Posso passar a presidência a V. Exa., que é o mais velho aqui. Poderia me substituir aqui na ausência do outro Vice para que eu pudesse votar.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

V. Exa. me parece que continua querendo discriminar. Conheço todo esse jogo. Primeiro, a discriminação contra negros, trabalhadores, agora, V. Exa. está querendo dividir as questões por faixas etárias? Conheço V. Exa., está longe do seu comportamento, ao longo de todos esses anos.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Vou responder a V. Exa, Deputado. Dos discriminados, dos pobres, V. Exa. sabe que represento a classe política há 33 anos. Estive sempre ao seu lado nos seus pensamentos, mas não concordo, e lembravam alguns Deputados que quando o jornal O Estado do Paraná e a televisão do Paulo Pimentel, há 20 anos, na época da ditadura, foram fechados também, fizemos um movimento no Paraná. Aqui no Brasil aconteceu isso e nós todos estávamos ao lado do Paulo Pimentel, na época, democrata que era - não sei se hoje continua com a mesma convicção, mas a TV Paraná, a TV Iguaçu, qualquer jornal pode até nos criticar, mas somos democratas e temos que aceitar.

Está em votação o requerimento do Deputado Belinati para o voto de protesto.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Pedi para discutir e...

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

E esta presidência não aceitou, porque tem um número. Não vou mudar a minha maneira de ser. Se o Deputado Belinati concordar em retirar o requerimento,

amanhã apresentar sob um outro número e com esta rasura, concordo. Mas, não posso deixar de votar.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Respeito vossa decisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Acho que é uma decisão correta!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente, 2 minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrado o encaminhamento, Deputado.

Está em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não é nominal, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

**Foi prejudicado o requerimento de chamada nominal.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. será atendido.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Vinte e um votaram SIM.

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Doze Deputados rejeitam.

**Está aprovado o requerimento solicitando voto de protesto pelo fechamento, na Venezuela, da RCTV, pelo Presidente Chávez.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O meu voto é de abstenção, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Só para dizer que eu iria votar a favor desse requerimento, porque esse exemplo está se estendendo aqui no Brasil. Em Campo Mourão o Prefeito está querendo fechar a televisão Carajás.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Precisamos ver a origem da televisão, se não foi concessão política, porque este Brasil virou o país das concessões de rádios e televisões à troco de voto e das emendas dos Governos, no Brasil, desde os 500 anos.

Requerimento nº 1435, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1436, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Apenas para poder subsidiar à Mesa que em minhas mãos estão os 2 requerimentos: o que foi rejeitado no dia 3 de abril, dirigido ao Sr. Marcelo, sobre a obra do fórum e este que foi apresentado no dia de hoje ao Sr. Júlio César de Araújo. Requerimentos, Exa., exatamente com o mesmo teor.

Esse é um dos casos aqui e o que eu tenho certeza absoluta é o outro. Agora, este aqui sobre obras do fórum, gabinete do Governador, foi rejeitado no dia 3 de abril de 2007, Sr. Presidente.

Estão aqui em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Requerimento nº 1437, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1438, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, Deputado Anibelli, Deputado Edgar Bueno, colega Deputada Cida Borghetti.

Sr. Presidente, a fúria do mar está destruindo a orla marítima no litoral paranaense, estrago muito grande no calçadão, desmoronamento, calçada sendo levada pelo mar. Isso vai trazer um prejuízo grande para quem mora em Matinhos e nas demais cidades do litoral do Paraná. E eu fico imaginando um investidor, se ele está querendo comprar uma casa ou apartamento, ou montar um comércio, ele vem visitar o litoral do Paraná neste período e vê tudo caído, o mar levando tudo, ele vai mudar de idéia. E se não for feito o reparo agora no litoral do Paraná, não vai dar tempo de fazer o conserto na orla marítima, no calçadão, principalmente, até a chegada da próxima temporada.

Ou seja, Deputado Pugliesi, muitos veranistas, muitos turistas, vão acabar batendo em Santa Catarina, vão acabar investindo em Santa Catarina. Então, é prejuízo para o veranista, para a população dessas cidades do litoral do Paraná, prejuízo para todos, vai dar desemprego, vai desvalorizar os imóveis e vai ter uma corrida grande para outras praias.

Por isso, estamos pedindo urgência, porque se depender de prefeituras do litoral, essas prefeituras não têm dinheiro, vão deixar para depois, vem a temporada e o Paraná vai perder muito com isso. Pensando na economia, pensando no bem-estar da população do Paraná é

que estamos pedindo esses reparos na orla marítima aqui do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Vamos rezar para que o aquecimento global não venha e suba os poucos metros que vai devastar o nosso litoral.

**Aprovado o requerimento.**

Requerimentos nºs 1439 e 1459, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1443 e 1444, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1445 e 1446, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1456 e 1458, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1457, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1411, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1440, 1441 e 1442, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1462, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, na semana passada, consultamos à Mesa em relação a um pedido de informações que havíamos feito e que foi aprovado aqui na Casa no dia 25 de abril, no que diz respeito ao Hospital Colônia Adauto Botelho, que é um hospital psiquiátrico. E nós necessitamos desses documentos para que, com os hospitais privados do estado do Paraná, possamos fazer um confronto na planilha de custo.

Então, esse prazo venceu dia 25, na semana passada, sexta-feira. Só levantei essa questão, Deputado Romanelli, não é um acordo feito com V. Exa. foi aprovado em Plenário. Eu gostaria...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, por acordo, inclusive, nosso, por conta da necessidade de ter as informações.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Exatamente, com a concordância de V. Exa.. Então, só gostaria que a assessoria da Mesa levantasse para nós se essa informação já chegou, porque os hospitais já não sobrevivem mais, Sr. Presidente.

Só para dizer aos Srs. Deputados, ao Deputado Romanelli, em Marechal Cândido Rondon, tem o único hospital psiquiátrico do oeste do Paraná. Tinha 240 vagas, ele mesmo pediu para reduzir para 120. Têm no estado 2.700 leitos que já foram fechados e no final do ano todos os hospitais psiquiátricos vão fechar. O Deputado Edgar Bueno, quando da discussão do requerimento, levantou, com muita propriedade, o Hospital São Marcos de Cascavel, psiquiátrico, também fechou as suas portas. Não tem mais nenhum leito atendendo pelo SUS. Todos os hospitais vão fechar, vamos ter o caos no Paraná e no Brasil se o Governo Federal não resolver essa questão do SUS.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Amanhã, na reunião da Mesa Executiva, levaremos a sua cobrança ao Presidente Nelson Justus.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, desculpe o horário, mas queria aproveitar ainda hoje e entregar as respostas a pedidos de informações à Deputada Rosane, ao Deputado Jocelito e ao Líder da Oposição.

Para o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, pedido de informações relativo às contribuições, descontos e repasses da Paraná Previdência.

Ao Deputado Jocelito Canto, as informações acerca dos recursos aplicados pelo Governo do Paraná nas instituições estaduais de ensino superior, a partir de janeiro de 2006.

Deputada Rosane, as informações sobre o monitoramento e tratamento de água na barragem do Passaúna.

Aqui me desincumbo de mais três pedidos de informações que foram encaminhados, por acordo.

Agradeço a compreensão dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência agradece a fineza com que V. Exa., como Líder do Governo, trata todos os Deputados.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29 à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 037, 284 e 305/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 101, 125, 168, 169, 222 e 231/07.

1ª DISCUSSÃO-dos Projetos de Lei nºs 318 e 331/07.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Atas de Comissões***

#### ***Saúde Pública***

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e sete reuniu-se na sala de reuniões das comissões, a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Ney Leprevost e contando com a presença dos seguintes Deputados: Marcelo Rangel, Stephanes Júnior, Rui Hara e Tadeu Veneri. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 239/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Com parecer do Deputado Rui Hara FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 121/07 Marcelo Rangel. Com parecer do Deputado Teruo Kato FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 086/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Com parecer do Deputado Ney Leprevost FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 048/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo, altera a Lei 14743, de 15 de junho de 2005. Com parecer do Deputado Tadeu Veneri FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário desta Comissão.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
Osmar Prestes - Secretário

### ***Frente Parlamentar de Defesa da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional***

FRENTE PARLAMENTAR DE DEFESA DA LEI DE  
SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados para comporem esta frente, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Pastor Edson Praczyk para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o

cargo para o qual eleita, a Deputada Luciana Rafagnin agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente  
Severo Olímpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

## ***Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
1ª Sessão Legislativa - 16ª Legislatura  
Ata da 6ª Reunião Ordinária

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel e contando com as presenças dos Deputados Elio Rusch, Elton Welter, Duílio Genari, Edson Strapasson, Luiz Fernandes Litro e Dobrandino da Silva.

Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 127/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator: Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 168/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 169/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 222/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Relator: Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Antes de encerrar os trabalhos, o Deputado Marcelo Rangel, Presidente da Comissão, informou aos presentes que o Secretário de Estado da Comunicação Social - SECS, o Sr. Airton Pissetti, deixou de comparecer à reunião, apesar do convite formulado, com razoável antecedência. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

